

**ELEIÇÕES
2026**

NACIONAL + pág / 4

*Filiação de Caiado ao PSD
acirra a disputa entre direitistas e
ultradireitistas pelas candidaturas*

SINDICAL + pág / 10

**LEI DO "DESCONGELA" REPRESENTA
A LEGALIZAÇÃO DO CALOTE
AOS SERVIDORES PÚBLICOS**

HISTÓRICAS

***Khomeini
assume o
poder no Irã***

+ pág / 26

CORRENTES ELEITOREIRAS CERCEIAM DEMOCRACIA SINDICAL/ OPERÁRIA E CONTÊM MOVIMENTOS EM NOME DA REELEIÇÃO DE LULA

EDITORIAL pág / 2 + 3

**A LUTA PELA
Autodeterminação**

**PRIVATIZAÇÃO
DO BAIXO TAPAJÓS
POR DECRETO DE LULA**

+ pág / 24

INTERNACIONAL **EDITORIAL**

***Socialismo ou Barbárie, é a síntese
do programa que deve guiar a luta
das massas na atual situação política***

+ pág / 28

**ELEIÇÕES
2026**

NACIONAL + pág / 6

Programa "Socialismo do século 21"
**PSOL APROVA UM PROGRAMA
DEMOCRATIZANTE BURGUEÊS**

SINDICAL + pág / 14

***Desemprego em massa
dos professores
contratados e
subemprego dos efetivos***

MOVIMENTOS

**Atos em defesa
da soberania
da Venezuela**

+ pág / 16 a 19

TEORIA / PARTIDO

**SOBRE OS PRINCÍPIOS, MÉTODOS E TÁTICA MARXISTA-LENINISTA-TROTSKISTA
DA DEFESA INCONDICIONAL DAS NAÇÕES OPRIMIDAS**

+ pág / 20 a 23

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

CORRENTES ELEITOREIRAS CERCEIAM DEMOCRACIA SINDICAL/OPERÁRIA E CONTÊM MOVIMENTOS EM NOME DA REELEIÇÃO DE LULA

Como já era esperado¹, o PT e aliados mais próximos reaqueceram a retórica da “defesa da democracia” em suposto combate ao “fascismo” para defender a reeleição de Lula. Ao mesmo tempo, no interior dos sindicatos e movimentos sociais, especialmente onde são direção, estrangulam e cerceiam a livre manifestação cada vez mais às correntes minoritárias e opositoras para poderem utilizar-se mais livremente do aparato os colocando a serviço da campanha eleitoral^{2,3,4,5} (ver matéria na página 14 e 15 CER Apeoesp).

Ao se subordinarem à tática eleitoral democratizante em defesa da eleição de mais um governo burguês e atacando mais intensamente a democracia operária, as correntes eleitoreiras, sejam reformistas, centristas ou estalinistas, precisam conter o conjunto dos assalariados e demais explorados que sofrem os ataques dos patrões e governos, incluindo o de Lula, o algó de turno das massas oprimidas. A defesa da democracia burguesa e, portanto, da ditadura da

burguesia sobre os explorados, leva as direções burocratizadas a afogar e estrangular a democracia operária, ou seja, os métodos organizativos em que se baseia a estratégia oposta à da burguesia, que é a da luta de classes.

LULA OU SEU SUCESSOR ESTARÃO OBRIGADOS A ATACAR AINDA MAIS AS MASSAS

As correntes que defendem a reeleição de Lula, ao centralizarem ditatorialmente os organismos das massas, podem trabalhar mais livremente para ampliar as ilusões na democracia burguesa, apontando o hipotético quarto mandato de Lula como a solução para os problemas mais sentidos das massas. Contudo, precisam varrer para baixo do tapete os atuais ataques do petista e seus aliados, como a privatização das hidrovias (com destaque para o rio Tapajós acompanhado da liberação de cerca de R\$ 80 milhões para “produção sustentável de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores” como um “cala a boca”), a já aplicada reforma administrativa aos servidores do INSS, aos cortes de verbas no ensino superior⁶, a não revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, o aumento da terceirização e das privatizações, a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas mesmo diante do gigantesco vazamento, o arcabouço fiscal, entre diversos outros. Para ocultar esses ataques do governo federal às condições de vida e soberania nacionais, tais correntes direcionam suas críticas apenas às medidas similares dos governadores e prefeitos direitistas (como Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes), direcionando os sindicatos a uma “luta” jurídico-parlamentar em momentos não-eleito-

rais, e desviando os oprimidos para a luta eleitoral no momento das campanhas, ocultando assim o real conteúdo de ataque da burguesia nacional e imperialista às condições de vida das massas em nome do aumento das taxas de lucros, como se fosse uma questão meramente ideológica entre direita e esquerda, e que as urnas são a salvação para as massas.

Há, ainda, uma parcela que defende Lula como um “mal menor”, especialmente diante do suposto “fascismo bolsonarista” (que apesar da tendência fascizante e bonapartista, não se concretizou durante o mandato de Jair Bolsonaro). Essa parcela oculta a relação íntima do PT com o bolsonarismo nas duas últimas eleições municipais, quando a bandeira “democracia vs. fascismo” ainda era agitada pelos centristas, reformistas e estalinistas. O PT e o Partido Social Liberal (PSL) “estiveram juntos em 136 coligações [nas eleições de 2020]. Destaca-se que em algumas cidades a coligação foi somente PT/PSL, como em Macieira-SC e São Pedro dos Crentes-MA. A aliança se manteve nas eleições municipais entre o PT e o Partido Liberal (PL – partido do qual Bolsonaro é filiado desde 2021), totalizando 85 coligações. Em alguns municípios, o PSOL participou dessas coligações sem nenhuma crítica, como em Corinto-MG (PT/PCdoB/PSOL/MDB/PP/PL/PSD/UNIÃO, entre outros), demonstrando como o PT e seus aliados caracterizam Bolsonaro como fascista por puro oportunismo eleitoral, não havendo divergências profundas com os partidos de direita, enquanto caminham juntos para atender as diversas frações da burguesia nacional e imperialista”⁷.

A tendência geral que se manterá no próximo período é a de aprofundamento dos ataques dos governos, a mando da burguesia que pretende

1. “Correntes reformistas, centristas e estalinistas golpeiam junto com o governo os oprimidos, e burocratizam sindicatos e movimentos sociais em defesa da tática eleitoral e da governabilidade burguesa” – Pág. 02 do jornal O Internacionalista n° 34 (dezembro de 2025)

2. “Como denunciamos em nosso manifesto, o XXVIII Congresso da Apeoesp foi um palanque político para a defesa do governo burguês de Lula/Alckmin e sua possível reeleição em 2026” – Pág. 11 do jornal O Internacionalista n° 32 (outubro de 2025)

3. “Centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais arrastam as massas às eleições burguesas em defesa de Lula 2026” – Pág. 02 do jornal O Internacionalista n° 31 (setembro de 2025)

4. “Burocracia usa reunião do Conselho Geral do SINPEEM para impulsionar o apoio ao governo de frente ampla Lula/Alckmin” – Pág. 14 do jornal O Internacionalista n° 30 (agosto de 2025)

5. “60º congresso da une acontecerá sob a consigna do imobilismo e da defesa do governo burguês de Lula/Alckmin” – Pág. 12 do jornal O Internacionalista n° 29 (julho de 2025)

6. Em dezembro, o congresso aprovou o PLN 15/2025, de autoria do poder executivo, que reduziu para 2026 mais de 7% do orçamento do ensino superior, equivalente a cerca de R\$ 488 milhões.

7. Trecho do editorial nacional do jornal O Internacionalista n° 34 (dezembro de 2025)

→ manter suas taxas de lucros. Lula e o PT já acenaram à burguesia nacional e imperialista, com a recriação da frente ampla, que atenderia seus desejos. Agora, conquistada a aproximação e subordinação do PSOL⁸, movimento similar ao ocorrido nos sindicatos paulistas com o alinhamento à campanha eleitoral de 2022, o PT reforça que seguirá comprometido em atender a burguesia, na velocidade e intensidade necessária, e é capaz de conter qualquer luta dos explorados nos sindicatos e movimentos sociais, domesticando um dos maiores partidos que antes era considerado um crítico e tímido opositor.

QUAL DEMOCRACIA O PT E ALIADOS REALMENTE DEFENDEM?

No interior dos sindicatos e movimentos sociais onde o PT e seus aliados estão, já se fala em “combate ao fascismo”, “defesa da democracia”, “combate ao bolsonarismo”, “eleger representantes de nossa categoria”, entre outras fraseologias para propagandear e defender a futura candidatura de Lula. Enquanto direção, cerceiam a democracia operária/sindical, para utilizarem dos aparatos como uma poderosa e gigantesca ferramenta das eleições burguesas.

Ao fazerem isto, deixam escancarado a qual democracia realmente defendem: se trata da defesa da democracia burguesa, como falso sinônimo de digitar “13” nas urnas, reforçando a ideologia da classe dominante e iludindo os explorados ao propagandear “melhorias” que o quarto mandato de Lula irá realizar. Assim, preparam uma nova traição contra os explorados e condicionam a luta pelas reivindicações ao resultado eleitoral.

A RETÓRICA ELEITORAL DO GOVERNO DIANTE DAS OFENSIVAS IMPERIALISTAS

Diante da nova fase do imperialismo, que intensifica o intervencionismo e o belicismo, o governo petista tem adotado a retórica eleitoral em uma falsa defesa dos povos oprimidos. Depois de caracterizar cor-

retamente o ataque de Israel como genocídio do povo palestino, mas manter e até intensificar as relações comerciais; Lula “condenou” o golpe externo ocorrido pelo sequestro de Maduro na Venezuela e o aumento do cerco comercial e militar sobre Cuba, contudo, foi e é incapaz de ser consequente e transformar sua retórica em ações que se choquem com os EUA, pois governa para atender os interesses das diversas frações da burguesia, incluindo a burguesia imperialista ianque. Nos fatos, Lula negou às massas venezuelanas seu direito democrático a decidirem o futuro de seu governo ao fazer coro com o imperialismo sobre a “não-legitimidade” do processo eleitoral que elegeu Maduro. Eis porque disse de cara lavada que não é sua prioridade a libertação de Maduro, deixando claro sua posição contrária à real soberania venezuelana.

Nos fatos, os discursos mais fervorosos de Lula não passam de retórica eleitoral, acenando às massas uma falsa defesa dos oprimidos, enquanto atende de bandeja aos setores da burguesia com privatizações e contratos multimilionários, como o leilão das bacias de petróleo na foz do rio Amazonas e as distribuições recordes de dividendos da Petrobrás. O PT e seus aliados mais íntimos seguem a mesma política mentirosa no interior dos movimentos, desviando as massas do método da ação direta e impondo medidas de contenção das lutas com métodos distracionistas, como exemplo a substituição ou negação de plenárias, assembleias, atos e greves em defesa dos povos oprimidos da Palestina, Venezuela, Cuba, povos originários etc., em detrimento de meras publicações nas redes sociais e artigos (leques, camisetinhas, entre outros) para os bloquinhos de carnaval.

O PAPEL DOS MARXISTAS DIANTE DAS ELEIÇÕES DE 2026

Os marxistas nunca devem mentir aos explorados, e jamais criar ilusões na democracia burguesa que por um lado reforçaria a ideologia da burguesia e por outro lado desviaria dos reais métodos de combate às opressões.

Certamente, como ensinou Lênin, os marxistas não devem se negar a participar do pleito eleitoral por princípio, mas participar sempre como uma tática conjuntural, subordinada ao objetivo da revolução social; ou seja, uma atuação nas eleições e no parlamento serão de denúncia do próprio sistema eleitoral e das instituições burguesas. Como ensinou Marx, o parlamento é o balcão de negócios da burguesia, portanto, não há a possibilidade de transformá-lo a partir de seu interior preparando ou “construindo” o socialismo.

Guillermo Lora vivenciou essa experiência na prática, quando foi eleito para o parlamento boliviano e, em 1948, teve seu mandato cassado e foi exilado diante de suas denúncias e do apoio aos mineiros e demais explorados que se chocavam mais intensamente com o governo de Mamerto Urriolagoitia. Lora ensina que *“A forma como [as correntes de esquerda eleitoreiras] defendem, como objetivo central do momento, a limitação das reivindicações nacionais e classistas dentro da luta atual, chamada de “processo de democratização”, tanto pela burguesia democratizante quanto pela própria “esquerda”, significa um aspecto essencial do programa que visa a estrangular e desarmar politicamente os explorados. A “democratização” é a camisa de força que a classe dominante, contando com os serviços da “esquerda”, coloca sobre as massas, para impedi-las de marchar rumo à sua libertação e à plena satisfação de suas necessidades imediatas”*⁹.

O pleito de 2026 escancará ainda mais as correntes que se utilizam das eleições como um fim em si, golpeando junto com a burguesia os oprimidos que enfrentam as mazelas do capitalismo putrefato. Se coloca como fundamental a construção do partido-programa do proletariado, único capaz de impulsionar a luta pela defesa dos interesses do conjunto dos explorados e pela derrubada da burguesia, constituindo um governo operário e camponês como expressão da ditadura do proletariado, para caminhar rumo ao socialismo. ●

8. “A resolução eleitoral do Psol é de capitulação ao PT e Lula” - Pág. 05 do jornal O Internacionalista nº 35 (janeiro de 2026)

9. Folheto “Inviabilidade da democracia burguesa” - Pág. 21

DANÇA DAS CADEIRAS ENTRE DIREITISTAS E ULTRADIREITISTAS

Filiação de Caiado ao PSD de Kassab acirra a disputa entre direitistas e ultradireitistas pelas candidaturas

As disputas pelas nomeações eleitorais recém-começaram, mas já deixou claro que os explorados e suas reivindicações econômicas, os interesses da nação oprimida, enfim, a resolução dos problemas mais urgentes das massas passam muito longe das campanhas e manobras que se realizam para a estruturação de uma “legenda competitiva” capaz de garantir a vitória eleitoral em 2026.

Observa-se uma movimentação na esquerda e na direita dos partidos da ordem burguesa para a escolha de candidatos da campanha eleitoral de 2026. Nesta nota, iremos focar especialmente na “dança das cadeiras” e nas negociações que tomaram conta da direita e ultradireita. Se bem existe uma estratégia eleitoral comum visando avaliar as condições da constituição de uma frente ampla entre partidos direitistas e ultradireitistas capaz de derrotar o PT, inclusive recorrendo a corroer a base aliada da frente ampla que levou Lula à presidência em 2022 e que (até agora) tem sustentado sua governabilidade, essa estratégia choca-se a cada passo com as disputas intestinas pelo espaço que corresponde a cada fração dos partidos direitistas e ultradireitistas na formação das legendas e na nomeação dos candidatos.

Segundo pesquisas, Lula se imporia a Bolsonaro no primeiro turno: 35% a 20%, respectivamente. Se bem a candidatura de Flávio Bolsonaro compareceu como uma escolha ao núcleo duro bolsonarista, sobretudo, tendo em conta que uma candidatura por uma “terceira via” de Tarcísio ficaria abaixo de 9% se concorresse contra os dois candidatos. As pesquisas sinalizam ainda que qualquer nome fora da área de gravitação das decisões ou indicações de Bolsonaro terá muita dificuldade para se consolidar e passar para o 2º turno. Tampouco havia por parte dos bolsonaristas, sobretudo, dos filhos de Jair Bolsonaro, disposição nenhuma a ceder o caudal eleitoral constituído ao redor da figura de Jair para Tarcísio (ou qualquer candidato), por se considerarem seus “herdeiros” políticos diretos. Isso dificultava o objetivo de Tarcísio

de constituir sua candidatura relativamente “independente” em relação ao “clã” Bolsonaro.

O mais provável é que Tarcísio vença a reeleição para governador com ampla vantagem no segundo turno - quaisquer sejam os adversários ligados a Lula e aliados mais próximos. Não obstante, apesar de Tarcísio ser o “queridinho” dos partidos da direita e do Centrão, e contar com grande apoio da mídia burguesa e setores importantes do grande capital, isso não lhe garante uma vitória sobre Lula. Tampouco se deve esquecer o peso de Jair Bolsonaro entre os eleitores reacionários e ultradireitistas. Condições que se impunham como um limitador às pretensões de Tarcísio para constituir sua candidatura com relativa independência e rejeitando o legado mais desastroso de Bolsonaro durante a pandemia. A polarização eleitoral que vem se desenvolvendo desde 2018 impede a qualquer candidato da direita e ultradireita desaproveitar os votos que Bolsonaro ainda arrasta. A experiência fracassada do ultra-bolsonarista Marçal em São Paulo o deixou bem claro. O que, contraditoriamente, ergue-se em um empecilho à formação de uma “frente ampla direitista” capaz de derrotar Lula já no primeiro turno. É provável que essa fosse a avaliação de Tarcísio para ir pela reeleição como governador. Um novo mandato poderá ainda ajudar Tarcísio a construir sua “futura” candidatura a presidente e, talvez, recolher os espólios do bolsonarismo - se sua tendência ao estilhamento se aprofundar.

É nesse quadro que é publicada a filiação de Caiado ao PSD de Kassab que está cotado como candidato a vice-governador de Tarcísio. Porém, o certo é que a movimentação de Kassab e Caiado é considerada uma facada nas costas por Tarcísio e, muito provavelmente, pelo bolsonarismo. Sabe-se que Caiado ainda cogita se apresentar como candidato no primeiro turno, o que poderia enfraquecer eleitoralmente ao “herdeiro” do bolsonarismo, Flávio Bolsonaro, indicado pelo seu pai como seu candidato para 2026. Poderia ainda estilhar as tentativas bolsonaristas de fortalecer a candidatura de Flávio ao dividir vo-

tos contra Lula. Não se pode descartar (por enquanto) a apresentação de uma “terceira via” se se verifica “palatável” eleitoralmente. Provavelmente foi assim também avaliado por Tarcísio ao constituir uma ameaça a sua projeção eleitoral no futuro. O PSD passou a reunir entre suas fileiras a Ratinho Júnior (Paraná), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Caiado (Minas Gerais), estados decisivos na hora de tomar decisões no armado e negociação de legendas e listas para legislativas e as presidenciais de 2030. Tudo está sendo feito para negociar apoio no 2º turno à legenda que ofereça ministérios ou fundos partidários em condições mais favoráveis.

Essa “dança das cadeiras” na direita e ultradireita é um produto indesejado (mas necessário) da designação de Flávio Bolsonaro como “herdeiro” de Jair Bolsonaro. O que abriu uma fenda com os governadores que viram suas esperanças de suas candidaturas serem apoiadas pelo “capitão” ir pelo ralo e se apressaram a atar laços com Kassab que lhes prometeu total liberdade de programa e campanha. Na política burguesa, as filiações são moeda de troca em procura de calcar e parasitar no estado. Eis porque o que hoje foi acordado, amanhã será rasgado por uma nova filiação ou coalizão eleitoral e política. Tampouco está completamente esgotada a vida política da frente ampla que levou Lula à presidência em 2022. As medidas direitistas, entreguistas, pró-imperialista e o “toma lá, dá cá” de Lula que favorecem capitalistas, agroindustriais, monopólios imperialistas e até partidos direitistas pode acabar servindo para atrair um setor do Centrão e da direita e garantir sua reeleição. Lula conta com um “capital” político que nenhum outro político burguês pode-se vangloriar, e que pode ser decisivo para a burguesia em determinadas conjunturas: controle e a subserviência de centrais e sindicatos.

Há ainda dois fatores que não se devem desconsiderar à hora de avaliar os “armados” de legendas e as brigas intestinas na direita e ultradireita: o sequestro de Maduro na Venezuela e as rachaduras entre a União Europeia e os



//

...

(...) a manobra de Kassab se apresenta como um “globo de ensaio” para avaliar condições de uma legenda direitista além do “clã Bolsonaro”. Sobretudo, tendo em conta a profunda e massiva rejeição que esse mantém entre grande parte do eleitorado e setores do empresariado. De forma que **até a corrida eleitoral não se esclarecer veremos uma caravana de candidatos afirmando “fidelidade” ao legado Bolsonaro e, ao mesmo tempo, tentativas de “criar espaço” uma proposta à revelia do núcleo duro do bolsonarismo.** Com Kassab, os candidatos dispostos a fazer a experiência e ganhar projeção, acham no PSD uma legenda favorável à experimentação.

→ EUA pela agressiva política comercial e expansionista do governo norte-americano. O sequestro de Maduro por um golpe militar impôs uma progressiva mudança à direita e de conciliação do governo chavista visando a sua sobrevivência. Acordos petrolíferos mais favoráveis aos EUA indicaram que pode ser possível Lula fazer mais concessões (como a entrega da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, privatização do tapajós em benefício da Cargill, novos acordos comerciais para exploração preferencial de minerais críticos etc.). Mas, sobretudo, alertou um setor da agroindústria dos riscos de um governo direitista decidir romper com a China, como exigido pelos EUA, e perder o maior parceiro econômico do país e garante de seus elevados lucros. Por outro lado, o “pré-acordo” Mercosul-EU ampliou o destino de exportações que se viram atingidas pela taxação arbitrária do ano passado feita por Trump. Não é improvável um novo acordo comercial mais “favorável” entre os EUA e o Brasil. A esse objetivo é orientada a visita de Lula a Trump, programada para março.

Essas movimentações e manobras em meio a uma conjuntura eleitoral ainda em definição, tem por pivô a prisão de Bolsonaro e a relativa “normalidade” com que foi aceita pela direita e

ultradireita. Não duvidamos que é uma resposta condicionada pelas pesquisas de opinião que, majoritariamente, são favoráveis à prisão dos envolvidos na aventura golpista de janeiro de 2023. Não havia como a direita e ultradireita se arriscar a uma campanha pela absolvição imediata de Bolsonaro e dos generais que encabeçaram essa ação. Se bem no Congresso tramita, e provavelmente será aprovada, o “PL da Dosimetria”, os cálculos da direita e ultradireita é deixar rolar o processo no Congresso e, mais à frente, a depender do resultado eleitoral, fazer uma ofensiva mais decidida pela sua libertação. Por enquanto, trata-se para candidatos da direita tentarem parasitar da base eleitoral bolsonarista e fazer continência ao “legado” de Bolsonaro, mas sem se comprometer demais. É esse oportunismo fisiológico que explica as rachaduras nas tentativas unitárias entre direita e ultradireita para derrotar Lula.

Está aí porque a manobra de Kassab se apresenta como um “globo de ensaio” para avaliar condições de uma legenda direitista além do “clã Bolsonaro”. Sobretudo, tendo em conta a profunda e massiva rejeição que esse mantém entre grande parte do eleitorado e setores do empresariado. De forma que até a corrida eleitoral não se esclarecer veremos uma

caravana de candidatos afirmando “fidelidade” ao legado Bolsonaro e, ao mesmo tempo, tentativas de “criar espaço” uma proposta à revelia do núcleo duro do bolsonarismo. Com Kassab, os candidatos dispostos a fazer a experiência e ganhar projeção, acham no PSD uma legenda favorável à experimentação. Se essa aposta irá render frutos, dependerá do percurso da situação política mundial e da luta de classes. São esses dois fatores os que decidirão a sorte (e destino) de mais uma tentativa de erguer uma candidatura da “terceira via”.

A situação de “excepcionalidade” da figura de Jair Bolsonaro na política burguesa como figura que arrasta os votos de um setor mais atrasado e reacionário não é transferível, como tampouco é a influência e ascendência eleitoral de Lula transferível automaticamente aos que ele designe eventualmente como seus “sucessores”. No Brasil, esse caudilhismo é ainda uma herança da constituição oligárquica das relações econômico-sociais que moldaram a política burguesa no Brasil em que poder econômico regional significava controlar politicamente a base eleitoral das regiões de forma direta por meio de alianças, benesses e laços de sangue. Jair Bolsonaro nem é burguês e nem provém de uma família de oligarcas, mas soube constituir uma rede de apoios e alianças com setores da pequena burguesia e da burocracia estatal como mandos das forças armadas, forças e comandos policiais, pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos e até grandes capitalistas. A também serviu ao fortalecimento de uma fração da burguesia e pequeno-burguesia criminosas, a exemplo de milícias e contrabandistas de todo tipo. O espírito de “clã” da família Bolsonaro é uma expressão deformada das relações oligárquicas e, sobretudo, a revolta de um setor dos assalariados e da pequena burguesia que adotaram uma posição reacionária em

continua →

→ defesa de suas condições de existência. Não é por acaso que seu apoio entre a burguesia não é homogêneo e nem permanente. Setores burgueses que o apoiaram em 2018, passaram a apoiar Lula em 2022. O desgaste e profunda impopularidade para fim de seu mandato fez a maioria da burguesia apoiar a “frente ampla” burguesa que levou Lula à presidência.

A cômoda posição de Lula à cabeça das pesquisas eleitorais fortalece o discurso dos petistas, stalinistas, reformistas e centristas que já começaram a trabalhar pela reeleição do caudilho do PT (ver pag. 6 a 8). Mas, falta muito caminho a ser percorrido pela frente para que a candidatura de Lula acabe em vitória. Uma mudança pode vir, como assinalamos, de uma ofensiva do governo trumpista contra as nações oprimidas ou para influir nas eleições, como já fez em Honduras (ver OI nº 35)

ou de um salto na luta de classes em que as massas, em luta pelas suas reivindicações, se choquem com o governo que avança na destruição de direitos (Contrarreforma Administrativa, por exemplo), privatista e pró-imperialista (ver pag. 24). O que pode inclinar à burguesia a garantir um governo mais ditatorial para impor seus interesses e garantir seus lucros. O que sim exigirá a burguesia qualquer seja o governo burguês eleito é que avance aos ataques contra as condições de vida das massas exploradas e oprimidas.

Esse é o verdadeiro perigo para as massas que acabam mais uma vez arastadas pela disputa inter-burguesa. A experiência dos governos petistas demonstra que todos os governos são serviçais da burguesia e do imperialismo. As eleições de 2026 chamará os explorados a escolher entre dois “modelos” ou, melhor dizendo, dois métodos e duas táticas

diferentes para administrar os interesses da burguesia. Por outras palavras: decidirão qual será a aliança de governo que irá gerenciar seus negócios.

A tarefa dos revolucionários é esclarecer perante a vanguarda e as massas que nada favorável sairá dessas eleições para seus interesses e necessidades. Portanto, desenvolver a tática eleitoral leninista pela defesa da unidade das massas ao redor do programa e dos métodos da luta de classes, da estratégia da revolução e ditadura proletárias que, nas condições em está ausente um verdadeiro partido bolchevique organizando um setor do proletariado e demais oprimidos sobre o objetivo da derrubada da burguesia e constituição do governo operário e camponês, nos obriga à defesa do voto nulo programático contra os partidos burgueses e também os centristas democratizantes. ●

PSOL e a reeleição de Lula | Parte II |

Sobre o programa “Socialismo do século 21”

PSOL APROVA UM PROGRAMA DEMOCRATIZANTE BURGUESES

No jornal O Internacionalista nº 35 (janeiro de 2026) publicamos a primeira parte de nossa demonstração de como o PSOL se subordinou completamente aos objetivos eleitorais do PT e Lula. Na sua Resolução Eleitoral (03/12/2025) renunciava à candidatura própria, pondo o partido ao serviço da reeleição de Lula, transformando o PSOL em “um braço político eleitoral do petismo e de Lula” e um “instrumento colocado ao serviço” da ditadura da burguesia. Nesta nota apresentamos alguns dos pontos do programa “Socialismo do século 21” publicado no mesmo dia da Resolução. Não faremos a exposição da crítica na sequência dos pontos do “programa”, e sim pela relação lógica e dialética entre os conteúdos de cada um deles. Assim, nesta nota, avaliaremos a sua caracterização da etapa, que tipo de partido e qual seu conteúdo de classe e quais seus princípios nos que se baseia. Em próximas notas, continuaremos com a caracterização do país, a plataforma de reivindicações e bandeiras de luta.

1. SOBRE O PARTIDO

O Programa caracteriza o Psol como um partido baseado na “cons-

trução de uma estratégia socialista pautada na democracia e na liberdade”. Com esse objetivo, participa dos “movimentos sociais contemporâneos em defesa do feminismo, da luta antirracista e anticapacitista, da comunidade LGBTQIA+, dos povos indígenas, de ambientalistas e dos direitos humanos.” Defende ainda “a independência política do PSOL” o que, porém, “não significa negar a busca pela mais ampla unidade com partidos ou movimentos que compartilhem de uma perspectiva estratégica comum”.

O que se denomina de “movimentos sociais contemporâneos” são aqueles baseados nas elaborações de uma fração democratizante da academia burguesa que ergueu a tese de que seria possível resolver as diversas manifestações da opressão de classe pela via das reformas dentro do capitalismo. Movimentos que visavam a resolver os problemas (econômicos, civis e políticos) de uma camada da pequena burguesia pela via eleitoral e institucional, renegando da revolução como a única forma de acabar com as manifestações da opressão e discriminação sobre as mulheres, homossexuais etc. Esses movimentos se tornaram um

campo fértil ao eleitoralismo burguês. Talvez seja por isso que o PSOL não faz qualquer referência no ponto sobre o partido do “programa” ao objetivo estratégico de se constituir como fração revolucionária no proletariado na luta pelo poder. Não é por acaso que nos sindicatos prioriza as reivindicações democratizantes burguesas sobre as transicionais e socialistas.

O PSOL abandonou seu objetivo de priorizar as frentes eleitorais com partidos que compartilham a “perspectiva estratégica comum” do socialismo – ainda que abstrato. Subordinou-se ao governismo que pratica a política burguesa e defende a ditadura de classe capitalista. Transformando-se em um braço político eleitoral do PT e Lula, o PSOL enterrou “a independência política do PSOL” e, ao mesmo tempo, se negou a buscar a “mais ampla unidade com partidos ou movimentos que compartilhem de uma perspectiva estratégica comum”. Quando afirma que o partido “amadureceu” construindo “alianças políticas” (até com partidos direitistas), se deixa claro que a declaração da “unidade estratégica comum” se realiza com partidos burgueses, não como os pretensos so-

// ... O PSOL abandonou seu objetivo de priorizar as frentes eleitorais com partidos que compartilham a “perspectiva estratégica comum” do socialismo – ainda que abstrato.

Subordinou-se ao governismo que pratica a política burguesa e defende a ditadura de classe capitalista. **Transformando-se em um braço político eleitoral do PT e Lula, o PSOL enterrou “a independência política do PSOL”** e, ao mesmo tempo, se negou a buscar a “*mais ampla unidade com partidos ou movimentos que compartilhem de uma perspectiva estratégica comum*”.

→ cialistas. Eis como se revela o verdadeiro programa do PSOL: a construção de um aparelho para a disputa eleitoral burguesa abrindo mão de seu “compromisso com a radicalidade socialista”. A Resolução Eleitoral (tática) é seu verdadeiro programa.

2. SOBRE OS “PRINCÍPIOS”

Para o Psol, o socialismo “é um modelo econômico, político e social” e “uma alternativa estrutural” ao capitalismo. Segundo explica, o controle social da produção da riqueza e sua distribuição “deve estar alicerçado na democracia, na liberdade, na solidariedade, na oposição a todas as formas de opressão e exploração, na mobilização popular, no internacionalismo, no anti-imperialismo, na independência política de classe, assim como na defesa do meio ambiente e da soberania nacional.” Para isso, se deve vincular as “lutas imediatas e concretas a um horizonte mais amplo de transformação social” que só será possível “assegurando uma democracia radical, onde a liberdade possa ser exercida plenamente, com respeito ao próximo e compromisso com uma sociedade justa para todas as pessoas”. Explica ainda que a democracia que defende é de “pluralidade”, “participação popular”, “da representatividade dos diferentes setores sociais, do controle social sobre o Estado, da independência entre os Poderes” etc.

O socialismo é um regime político e de relações econômicas e sociais transitório entre o capitalismo e o comunismo, entendido como fase inferior do comunismo. Nele, o proletariado exerce sua ditadura de classe expropriando a burguesia para sentar as bases econômicas para essa transição: a propriedade nacionalizada. A democracia é exercida e realizada para as maiorias exploradas e oprimidas em seus organismos de classe, mas é uma ditadura para a burguesia, oligarcas financeiros, latifundiários etc. A ditadura do proletariado exclui a ampla e irrestrita liberdade para a burguesia e

proprietários de fábricas, terras, minas etc. Para firmar o novo estado, a resistência das classes exploradoras deve ser esmagada - inclusive recorrendo ao “terror vermelho”. É falso afirmar, portanto, que se assegurará “uma democracia radical, onde a liberdade possa ser exercida plenamente”. Mas, como vemos, o PSOL rejeita defender essa estratégia e prefere as abstrações para conciliar interesses de classe contraditórios que estão presentes na sua base eleitoral: ou seja, para não assustar seus votantes e “aliados” eleitorais.

3. CARACTERIZAÇÃO DA “ETAPA HISTÓRICA”

Para o PSOL, a nova etapa histórica é marcada pela “crise e transformação do capitalismo global” no qual o “consenso neoliberal” foi rompido, expondo “as contradições de um sistema baseado na financeirização, na desregulamentação, na abertura irrestrita dos mercados e no desmonte sistemático dos direitos sociais e trabalhistas”. Esse curso foi aprofundado com “ajustes recessivos, com cortes em investimentos sociais, precarização das relações de trabalho” etc. Essa é a “resposta conservadora ... ao conflito distributivo”, que teve seu reflexo na erosão das “democracias liberais” e “o florescimento de forças políticas reacionárias”. De forma que a ascensão da “extrema-direita é uma de suas expressões”, que avança associada a “aos interesses do capital monopolista” e “oferece um modelo de capitalismo autoritário, xenofóbico, misógino, racista e negacionista climático, em choque frontal com qualquer noção substantiva de democracia”. Sobre a base dessa caracterização, acusam aos setores da “esquerda radical” que tem “concepções anacrônicas” ou se colocam em choque com os governos burgueses ditos progressistas, como o de Lula, porque mesmo os governos que não ameaçam “diretamente a continuidade do crescimento da renda do capital, mas que conseguiram promover expansão

econômica com alguma redistribuição e redução da desigualdade, tornaram-se inaceitáveis para essas elites”.

A suposta “nova etapa histórica” capitalista é uma negação da tese leninista do imperialismo como fase superior e última do capitalismo, que somente pode ser superada com o início da transição para o socialismo por meio da revolução proletária. Negar isso é se colocar no lado antagônico da luta por “uma alternativa estrutural” ao capitalismo. É ainda uma falsificação dizer que “ajustes recessivos, com cortes em investimentos sociais, precarização das relações de trabalho” seja a “resposta conservadora ... ao conflito distributivo” da extrema direita. Com esta falsificação, o PSOL dá a entender que os governos ditos progressistas, como o de Lula, não representam “os interesses do capital monopolista”.

A acusação à “esquerda radical” acoberta a capitulação ideológica e teórica, portanto, política do PSOL, à tese de que é possível reformar o capitalismo e, nesse sentido, se deve apoiar os governos que promovem a “expansão econômica com alguma redistribuição e redução da desigualdade”. Nessa passagem, acha-se oculta a caracterização do governo Lula como “progressista” em oposição à direita. Então, cabe à esquerda apoiar o “bloco progressista” contra o “bloco reacionário”. Assim, o PSOL acoberta Lula pelo que ele realmente é: um agente político da burguesia – ainda que diferente de Bolsonaro por seus métodos. Não é por acaso que aplica as medidas ditadas por essa contra os interesses da nação e das massas oprimidas. E é a própria democracia burguesa o atual instrumento para impor as contrarreformas, destruição de direitos, desnacionalizações e retrocessos às liberdades civis, políticas e democráticas exigidos pelo grande capital. Ao afundar no servilismo eleitoral a Lula, o PSOL dá um passo decisivo em sua transformação em quinta coluna da ditadura de classe da burguesia.

→ 4. UMA 'NOVA CLASSE TRABALHADORA'

À “nova etapa” do capitalismo corresponderia, para o PSOL, uma mudança na “*composição da classe trabalhadora*” produto da “*desindustrialização relativa, precarização estrutural ... e uma revolução técnico-científica comandada pelo capital*”. Essa “*mudança acelerada na composição orgânica do capital, marcada pelo aumento da produtividade resultante da substituição do trabalho vivo por máquinas*” reforça a “*exploração e aprofundamento das desigualdades*”. Diz ainda que “*o papel das big techs adquire centralidade estratégica tanto na perspectiva do Estado, do direito à comunicação e da soberania ... quanto na dimensão do mundo do trabalho e das subjetividades das classes trabalhadoras*”. As “*plataformas digitais e a revolução técnico-científica ... fragmentam os processos produtivos, aumentam a exploração e quebram as identidades e a experiência de classe*”, além de mudar as relações “*para milhões de trabalhadores por conta própria*”. E criam “*o terreno ideal para a adesão à retórica neoliberal e para o crescimento da extrema-direita, que tem nas próprias plataformas seu principal campo de ação e doutrinação*”. Nesse cenário, assinala, se deve lutar “*pela regulação democrática destas corporações e pela construção de uma infraestrutura tecnológica soberana e pública*”.

É falso afirmar que houve uma mudança na composição da classe operária que produz mais-valor sob a forma de meios de subsistência e os meios de produção na forma da mercadoria, que é o veículo material da mais-valia arrancada a essa classe na produção social. Seu papel na produção de valor objetivado nas mercadorias é que a define como aquela que produz a riqueza social da qual outras classes e camadas de classes retiram seus meios de existência. Os assalariados do comércio, dos serviços, do funcionalismo etc. compõem o proletariado - considerado como aquele que vende sua força de trabalho - mas não criam mais-valia (o produto mais genuíno da produção capitalista).

Essa diferença é essencial para saber qual classe ou fração de classe é colocada como sujeito revolucionário principal da revolução e da construção do partido. O PSOL apaga as diferenças entre as frações do proletariado em ge-

ral para construir um partido que dilui essas diferenças, visando a sua constituição como base eleitoral de um partido democratizante e não expressão dos objetivos do operariado como classe revolucionária por excelência. Portanto, a suposta “*mudança nas classes trabalhadoras*” não tem outro objetivo que justificar a construção do partido no interior de movimentos não-proletários que são mais palatáveis ao desenvolvimento da estratégia democratizante burguesa.

Quanto às “*plataformas digitais*”, o essencial é considerá-las como uma quota parte do capital ou riqueza social criado pelo proletariado na produção social e que, no capitalismo, são propriedade privada burguesa monopolista. Para combater a “*retórica neoliberal e o crescimento da extrema-direita*” veiculada nas Big-Techs, se deve, assim, abandonar a farsa reformista e avançar na luta pela expropriação da burguesia e da destruição de seu estado. Não haverá controle democrático das massas sobre qualquer meio de produção sem a expropriação da burguesia como classe, e a posse coletiva desses meios pelo proletariado como classe dominante organizada em seu estado. A posição do PSOL a respeito é a de iludir às massas com a democratização do funcionamento do capitalismo e, no caso, de seus veículos de reprodução da ideologia das classes dominantes. É o controle coletivo dos trabalhadores e a propriedade nacionalizada pela revolução proletária a única via para “*democratizar*” de fato a produção de notícias, conhecimentos, conteúdos, informações etc.

UMA PRIMEIRA CONCLUSÃO AO PROGRAMA DO PSOL

Um programa socialista deve caracterizar o conteúdo de classe do governo, qual a classe se pretende organizar como sujeito político e colocar as tarefas, métodos e táticas para avançar na luta contra a burguesia e seu governo de turno. Mas, o PSOL: **a)** não caracteriza o governo como uma expressão política da burguesia; **b)** subordina à luta das massas por suas reivindicações e estratégia de poder à disputa eleitoral inter-burguesa e à burguesia como classe; **c)** justifica seu servilismo ao PT e Lula sob a farsa da “*nova etapa*” do capitalismo que oporia à “*democracia liberal*” ao fascismo; assim, **d)** reproduz a política contrar-

revolucionária social-democrata de reformar o capitalismo e da Frente Popular stalinista; **e)** se orienta a intervir nos “*novos movimentos*” visando os utilizar como caudal eleitoral; e **f)** se subordina aos interesses de um governo burguês que aplica as contrarreformas e privatizações, entrega recursos à exploração monopolista, submete o país ao parasitismo financeiro etc.

Se se defende o socialismo se deve defender a revolução proletária baseada na violência revolucionária das massas. O PSOL tampouco defende criar as condições da revolução ao interior do capitalismo por meio de um sistema de reivindicações transitórias que é a ponte entre as “*lutas imediatas e concretas a um horizonte mais amplo de transformação social*”. Nos sindicatos que dirige ou naqueles em que se subordina à burocracia petista, as correntes do PSOL acabam compactuando com as reivindicações rebaixadas e aceitam o retrocesso de direitos em nome da governabilidade burguesa de Lula. Chegam até participar das traições contra as greves que se chocam com esse.

Resumindo: o programa do PSOL é o prato requentado do reformismo da socialdemocracia alemã e da política frente-populista de subserviência à burguesia como classe, subordinando “*as lutas imediatas e concretas*” aos objetivos e alianças eleitorais. A luta de classes, a revolução proletária, a expropriação da burguesia e a instauração da ditadura proletária são trocadas pela “*convivência pacífica*” entre as classes sociais reguladas “*democraticamente*” por um governo surgido da democracia burguesa. Nos fatos, o PSOL adota uma política burguesa abandonando os princípios, métodos e táticas socialistas.

Outros pontos do programa iremos desenvolver em uma próxima nota. Mas, destacamos que desta primeira análise verifica-se que o programa do PSOL copia o “*Socialismo do Século XXI*” elaborado pelo MAS e pelo chavismo. Isto é, a aplicação da tática eleitoral democratizante pequeno-burguesa de preservação do capitalismo pela via de sua democratização por meio de reformas adaptadas à subserviência ao PT e seu caudilho aburguesado no poder do estado. O texto “*Socialismo do século 21*” serve apenas para enganar à militância do PSOL e a um setor da vanguarda iludida com as eleições. ●

Aumentam as passagens sem resistência e sem atos convocados nacionalmente, escancarando a capitulação e paralisia das direções dos movimentos

Como tem acontecido quase todos os começos de ano nos últimos 10 anos, em janeiro deste ano a população assalariada que depende do transporte público se viu perante um novo aumento das passagens de ônibus, trem e metrô. Diferentemente de quase todos os começos de ano anteriores, desta vez não houve mobilização ou chamamento para organizar protestos unitários e nacionais para denunciar e tentar barrar nas ruas mais esse ataque às condições de vida das massas oprimidas.

Em São Paulo, o aumento em ônibus foi de R\$ 0,30 (trem e metrô aumento foi de R\$ 0,20), assim como no Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte (Minas Gerais) e Fortaleza (Ceará) foi de R\$ 50, e em Florianópolis (Santa Catarina) de R\$ 0,80. Em 2013, o aumento de R\$ 0,20 deflagrou massivas e radicalizadas manifestações que conseguiram barrar conjuntamente o aumento. Neste ano, algumas organizações e partidos convocaram manifestações, mas esvaziadas e de caráter simbólico.

O aumento de tarifas recai como uma bomba sobre a maioria assalariada e sobre a juventude. O aumento é uma desgraça para quem depende do transporte para ir a trabalhar, procurar emprego ou estudar, e pegam

duas ou mais conduções. Por sua vez, os capitalistas dos transportes aumentam seus lucros enquanto oferecem serviços piorados. As linhas do Metrô e CPTM privatizadas são as que mais dão problemas operacionais, mas continuam recebendo bilhões e bilhões a cada ano.

É um ataque que se combina ao avanço da contrarreforma Administrativa, das privatizações, do congelamento de salários, da terceirização, da redução das verbas para educação e saúde etc. Soma-se ao avanço na destruição das condições de vida, ao aumento dos preços dos produtos de consumo básico e ao constante retrocesso do poder aquisitivo do salário. Soma-se no Estado de São Paulo ao agravamento da precarização de professores Categoria O, as demissões e os efetivos adidos.

Contra essa realidade deveria se erguer um movimento unitário e radicalizado para impor, com a luta de classes, a imediata revogação dos aumentos, a estatização da rede de transporte e seu controle coletivo operário, combinado ao aumento automático dos salários de acordo com a inflação - tendo por base do salário-mínimo do DIEESE, hoje de mais R\$ 7.500 para uma família se sustentar. É parte desse plano a defesa

da efetivação com estabilidade a todos os professores categoria O, garantia dos 30% investidos na educação pelo Estado, garantia de funcionamento de escolas em que os estudantes trabalhadores possam trabalhar e estudar, redução do número de alunos a no máximo 25 por sala, redução da jornada dos professores, sem redução salarial, fim de todas as parcerias e privatismo etc.

O primeiro passo para unificar os assalariados e a juventude contra os ataques é romper com imobilismo das direções políticas, populares e sindicais governistas que afundaram no eleitoralismo e que rejeitam pôr de pé movimentos radicalizados para não indispor ao governo Lula, que avança no privatismo e entreguismo também (ver pág. 24). O MPL e as direções sindicais e dos movimentos estudantis que reuniam milhares e milhares em anos anteriores, estão hoje separadas das bases assalariadas e da juventude oprimida e completamente submetidos ao governismo.

É preciso um plano comum de reivindicações e assembleias democráticas para unificar as massas em um movimento para derrotar politicamente os aumentos e os ataques, com total independência de classe, conquistando as reais necessidades das massas por meio da luta de clas-

//

...

O primeiro passo para unificar os assalariados e a juventude contra os ataques é **romper com imobilismo das direções políticas, populares e sindicais governistas que afundaram no eleitoralismo e que rejeitam pôr de pé movimentos radicalizados para não indispor ao governo Lula, que avança no privatismo e entreguismo também.**

—

ses. A experiência já nos demonstrou que para isso será necessário passar por cima das direções que controlam sindicatos e movimentos, construindo uma direção classista e revolucionária. Se o governo ataca todos os oprimidos de forma centralizada, é preciso responder centralizadamente a esses ataques com um plano unificado de luta. O maior problema para avançar por esse caminho reside na conciliação de classe erguida pelas direções sindicais e populares que estão mais interessadas nas eleições que em defender os oprimidos. ●

**PPRI**

ppri4.org / [ppri.partido](https://www.instagram.com/ppri.partido)
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

LEI DO “DESCONGELA” REPRESENTA A LEGALIZAÇÃO DO CALOTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS

A Lei Complementar 226, sancionada por Lula/PT em janeiro/2026, autoriza os estados, o Distrito Federal e os municípios a pagarem para servidores, retroativamente, direitos remuneratórios congelados durante a pandemia de covid-19, a exemplo de benefícios como anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e mecanismos equivalentes, sem transferência de encargos a outro ente, ou seja, desde que respeitada disponibilidade orçamentária própria de cada estado e municípios.

Os pagamentos referem-se ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. O “descongela” deve atingir todos os servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, que tiveram seus benefícios confiscados durante a pandemia.

...

O restabelecimento do tempo só servirá para a concessão dos próximos benefícios dos servidores, o que significa, em última instância, a legalização pelos governos do calote dos valores roubados.

Entretanto, é preciso compreender que o governo federal sancionou uma lei da qual ele não precisa assumir nenhuma responsabilidade financeira, mas que em meio a conjuntura eleitoral pode ser muito vantajosa a sua campanha eleitoral, já que posará como defensor dos servidores públicos, e que “valoriza o funcionalismo.”

Outro elemento importante para analisarmos é que a Lei Complementar 173, de 2020, impôs restrições severas à contagem de tempo para vantagens funcionais com o objetivo declarado pelos governos de conter gastos públicos em um momento de crise. Enquanto a nova lei promete “restabelecer” esse equilíbrio, no entanto, sem romper com a lógica de responsabilidade fiscal. Na prática, é preciso questionar

como é possível o “descongela”, dentro de um quadro que é de continuidade da contenção de gastos públicos?

Neste sentido, um dos prognósticos que levantamos é de que o descongela é mais uma falácia, apenas para ser utilizada na corrida eleitoral, tanto para a presidência como já pontuamos acima, mas também pelos governos estaduais e municipais que muito provavelmente irão restabelecer esse tempo, mas sem devolver a totalidade dos valores que foram roubados dos servidores, ou seja, sem pagar nenhum retroativo ou, quando pagarem, reduzindo as porcentagens e volumes salariais das perdas para outorgar migalhas - fazendo demagogia dizendo que cumpriram com a lei. O restabelecimento do tempo só servirá para a concessão dos próximos benefícios dos servidores, o que significa, em última instância, a legalização pelos governos do calote dos valores roubados.

É possível levantar esse prognóstico, do calote dos valores retroativos, por meio de algumas evidências: **a)** a lei federal “autoriza”, mas “não obriga” que Estados, Municípios e o Distrito Federal paguem o retroativo dos direitos descongelados; **b)** A lei permite que os órgãos públicos paguem ou negociem o retroativo correspondente aos direitos não usufruídos; **c)** O cálculo dos retroativos fica sujeito à decisão e capacidade orçamentária de cada ente federativo, decidindo como e quando pagar; **d)** O TCE-SP publicou, no Diário Oficial, orientações aos municípios paulistas sobre os cuidados necessários antes da realização de pagamentos relacionados à lei. O comunicado destaca que a adoção dessas medidas deve ser feita “com responsabilidade e planejamento, evitando impactos negativos na execução do orçamento municipal ao longo do exercício”. A orientação tem caráter preventivo, pontuando a necessidade de equilíbrio das contas; **e)** A secretaria de gestão do município de São Paulo, cidade mais rica do Brasil, já anunciou para as entidades sindicais que irá restabelecer o tempo para os próximos benefícios retroagindo apenas a data da publicação

da lei, janeiro/2026.

A conclusão legal é: paguem como puderem e se puderem! Mas, se o objetivo era o calote, então por que aprovar uma lei que institui a possibilidade do pagamento?

Como já mencionado acima, existe um interesse conjuntural explícito que é o eleitoral, mas também acreditamos que há, acima de tudo, um interesse maior que é econômico, o de impossibilitar que no futuro haja qualquer contestação jurídica por parte das entidades sindicais, levando a geração de novos precatórios, já que a lei aprovada exige minimamente o restabelecimento do tempo para a concessão dos próximos benefícios, bem como exigirá que cada ente federado apresente um estudo de impacto orçamentário, demonstrando supostamente a intenção de pagar os retroativos, mas que o não pagamento será facilmente justificado pela lei de responsabilidade fiscal.

Esse interesse econômico, que se materializa na intenção do calote, também se justifica pela política econômica de Lula, com gastos (Gás do Povo e crédito subsidiado para moradia etc.) e crédito público que poderão somar até R\$ 220 bilhões em 2026. Sendo que R\$ 80 bilhões devem ficar fora da meta fiscal, mas ainda assim aumentar a dívida pública, que pode chegar a 82,5% do PIB: entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões (em 2025, a dívida pública encerrou o ano em nível recorde com R\$ 8,6 trilhões). Registrando um déficit primário de R\$ 61,7 bilhões em 2025: 32% maior que o rombo de 2024. Ainda assim, o número ficou dentro da meta fiscal, graças às margens de tolerância previstas no novo arcabouço fiscal.

A burocracia do SINPEEM e demais entidades do funcionalismo municipal de São Paulo já iniciaram campanha demagógica pela aplicação da lei do descongela com o pagamento dos valores retroativos, sem organizar nenhuma luta efetiva. No município de São Paulo, segundo a APROFEM (Sindicato dos professores e funcionários municipais de São Paulo) cerca de 111 mil servidores municipi-



país devem ser beneficiados. “É uma vitória sem precedentes”, afirmou a presidente Margarida em audiência pública na ALESP, acrescentando que a discussão sobre o pagamento dos valores retroativos será incorporada à campanha salarial da categoria.

Por fim, como podemos observar as direções sindicais, em sua imensa maioria, completamente submetidas ao governo de frente ampla Lula/Alckmin, precisam apresentar a lei como

uma grande vitória, com a intenção clara de alavancar sua campanha eleitoral pela reeleição de Lula em meio ao funcionalismo público, porém não organizarão nenhuma luta efetiva para garantir o pagamento dos valores retroativos, no máximo será incorporada à lista ampla de reivindicações da campanha salarial imobilista, que buscará barganhar alguma migalha junto ao governo, por meio da política de colaboração de classes.

É necessário à vanguarda mostrar perante as massas o real conteúdo e objetivo da medida, para ajudá-las a romper suas ilusões em um governo burguês que as ataca com destruição de direitos, desmantelamento da educação e saúde, arrocho salarial e uma política privatista que favorece os parasitas da dívida pública e os monopólios capitalistas, dando passos no caminho de sua independência de classe. ●

As direções do PT e do PCdoB desmontaram a greve dos Correios com uma “vitória política” que nunca existiu



Passaram-se poucas semanas do fim da greve dos Correios, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu (26/01/2026) grande parte da Sentença Normativa (Acórdão) do Dissídio Coletivo de Greve do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 30/12/2025, que passaria a “substituir” o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025 até 31 de julho de 2026. O “Acórdão” mantinha as cláusulas do ACT de 2024/2025 e o reajuste de 5,10% dos salários e do vale-refeição. Com a decisão do STF, se impunha uma vitória da diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ao suspender o “Acórdão”, aprovando-se: **a)** retirada dos retroativos de Ticket Extra (chamado de “Vale Peru”), **b)** a reforma do plano de saúde (obrigando os trabalhadores a pagarem um “plus” pela atenção), **c)** anular o pagamento de 200% para trabalho em dias de repouso e feriados, **d)** rejeitar a gratificação de 70% de pagamento do salário durante as férias etc. Trata-se de uma imposição autoritária contra a decisão das assembleias e uma interferência nas negociações com o patronato surgidas da força da greve.

O SINTECT (CUT) e a FINDECT (CTB) ao invés de retomar a greve e impor ao STF suas reivindicações, decidiram apresentar “recursos de amparo” contestando a decisão que “prioriza argumentos econômicos da empresa” e repete a prática de “judicializar os conflitos” (SINTECT). A greve encerrou com a direção festejando uma “vitória política” no TST que era provisória. Assim, ela mesma preparou o terreno para o ataque do STF depois de desmontada a greve sim uma conquista definitiva. A burocracia não é burra, mas sim traiçoeira. Sabe perfeitamente que a justiça sempre viabilizará um caminho (jurídico e legal) para favorecer as empresas e os patrões impondo mais retrocessos aos assalariados. Por isso é hipócrita criticar a “judicialização” dos conflitos quando ela mesma recorre a essa via para desviar, desmontar e trair greves que entram em choque com o governo que elas defendem.

Está claro que as direções petistas e stalinistas estão submetidas eleitoralmente ao governo burguês que avança na privatização e nos ataques aos assalariados. Sabe-se que Lula impulsiona abertamente a privatização dos Correios e a “reestruturação” da empresa em benefício dos capitalistas estrangeiros e nacionais. Não há diferença entre o governo Bolsonaro e o de Lula quanto a esse objetivo. De fato, o governo retoma como base legal e política da privatização o PL 7488/2017 do deputado Eduardo Bolsonaro. A burocracia sindical se faz de vítima do que ela mesmo possibilitou ao defender o governo. É o máximo da canalhice se arvorar de

defensores da ECT quando estão “solicitando” participar dos debates e decisões para a “reestruturação” da empresa. Fica assim em evidência a farsa da “vitória política” do dirigente da FENTEC, Geraldo Rodrigues, para desmontar a greve após a decisão do TST. A greve estava forte e podia ser ampliada e estendida desde que sua direção não estivesse curvada perante o governo entreguista e privatizante de Lula e desenvolvesse a luta de classes até o final.

Reforma do plano de saúde (fazendo pagar mais aos assalariados via um “auxílio-saúde mensal” individual), fechamento de unidades de atendimento que “não deem lucros” (60% das 10 mil existentes por todo país), plataforma de atendimento, terceirização, demissões de até 15 mil funcionários de carteira assinada, venda de imóveis, dentre outras medidas de “reestruturação”, são impulsionadas pelo governo burguês e privatista de Lula. A greve, portanto, se chocava diretamente com o governo e o derrotar para defender a empresa estatal, direitos, salários e empregos. A greve foi imposta à burocracia que, desde outubro do ano passado, anunciada a “reestruturação” da ECT, evitava convocar assembleias porque sabia da existência de uma tendência de revolta e favorável à greve. E isto porque “As direções da CUT (PT) e da CTB (PCdoB) estão de mãos dadas em reeleger Lula, que promove a privatização dos Correios e a destruição de direitos” (OI nº 32, “Correios à venda”, outubro de 2026), trocando direitos e conquistas por votos para a reeleição desse agente político da burguesia neste ano. O mesmo fizera as direções sindicais petistas e estalinistas para desmontar e trair a greve dos petroleiros (ver nota do OI nº 35 “Com traição da direção da FUP e poucas “conquistas” efetivas, a maior greve dos petroleiros nos últimos 30 anos é enterrada”, de janeiro de 2026).

Essa conclusão demonstra-se mais justa do que nunca, sobretudo, quando a greve dos Correios e da Petrobrás criaram as condições objetivas para uma greve nacional unificada das estatais sob um plano comum de reivindicações. Essa unidade poderia ter curvado o governo e impor uma derrota às diretorias das empresas que vão de mãos dadas com Lula e os monopólios e bancos na privatização. Mas, suas direções governistas as encaminharam à via morta da “Judicialização” e das eleições burguesas. Está colocada a tarefa de varrer essas direções! E somente uma direção classista baseada nos métodos e estratégia da luta de classes poderá derrotar os petistas e stalinistas os varrendo dos sindicatos, rompendo com a estatização desses ao estado e qualquer governo burguês de plantão. ●

Municipais – SP

O ano letivo na rede municipal de ensino de São Paulo foi iniciado no dia 04/02/26 com falta de professores na imensa maioria das unidades, principalmente as mais periféricas que têm grande parte do seu quadro composto por professores contratados. Isso porque a SME elaborou um calendário de atribuições nas diretorias de ensino que teve início justamente no mesmo dia em que iniciavam as aulas. Verdadeiro descaso com as escolas e os estudantes.

Os professores readaptados foram de fato excluídos do processo de atribuição como já estava previsto desde dezembro/2025 e agora em fevereiro amargaram a redução da sua jornada com redução de salário e se encontram na incerteza sobre a manutenção da sua lotação.

São inúmeros os ataques do governo e as burocracias sindicais do SINPEEM e demais sindicatos respondem com bloco de carnaval e calendário tardio, em que a primeira reunião de represen-

tantes de escola só ocorrerá em março e uma suposta assembleia em maio. Diante desse quadro de imobilismo e traição aberta das direções sindicais a Unidade independente classista e combativa atuou nas reuniões de planejamento escolar convocando a categoria para se organizar politicamente desde os seus locais de trabalho, eleger representantes sindicais dispostos a organizar a luta efetiva contra a política imobilista das direções, realizando o debate político a partir do boletim abaixo. 



O ANO LETIVO COMEÇA SOB ATAQUE! É preciso antecipar a campanha salarial, construir a mobilização para derrotar o projeto privatista de Nunes!

O conjunto do funcionalismo passa por uma conjuntura de enorme retrocesso das suas conquistas históricas. Na prefeitura de São Paulo, o ano de 2025 ficou marcado pelo avanço do projeto privatista de Ricardo Nunes, consolidando o desmonte da Educação pública na rede municipal e o que não podemos esquecer é que tal situação ocorreu pela via das traições, pavimentadas pela burocracia da COEDUC (SINPEEM, SINESP E SEDIN), por meio de uma escancarada política de conciliação com o governo e uma total desmobilização que coloca de escanteio toda capacidade de organização e luta da categoria.

Sob a gestão de Ricardo Nunes, o que assistimos é a concretização de verdadeira “reforma administrativa” que vem no bojo de um aprofundamento da privatização da rede, ambos parte de um projeto deliberado de destruição dos serviços públicos. Em 2025, a aplicação da Lei nº 18.221/24 se revelou a face mais perversa deste governo.

O ano letivo de 2026 inicia-se, portanto, em meio a um cenário sem precedentes de ataques ao conjunto desta categoria. Ao pisar no chão da escola, nos defrontamos com a materialidade nefasta dessa lei, uma vez que a prefeitura executou a redução de jornada com redução de salário dos professores readaptados a partir de 01/02.

O fato é que, por meio do Comunicado nº 19, o governo determinou que os docentes readaptados que optaram pela JEIF em 2025 teriam permanência garantida nessa jornada apenas até 31/01/2026. A partir de 01/02/2026, aqueles que não atenderem aos requisitos da 18.221/24 automaticamente caem para a Jornada Básica (JBD). Esse ataque resulta em uma perda salarial média estimada entre 25% e 30%, impactando diretamente as condições objetivas de vida de quem já enfrenta a

precarização por conta da saúde. Isso põe uma pá de cal no engodo que foi a judicialização desta pauta.

É uma punição direta ao trabalhador que adoeceu no exercício das suas funções. O governo ignora a condição da readaptação, transformando-a em contenção de gastos, na prática, em arrocho salarial. Reduzir salário e forçar a queda de jornada é uma estratégia para expulsá-lo da carreira, ou forçá-lo um retorno à sala de aula de trabalhadores adoecidos. Essa é a real recepção de boas-vindas do governo!

O projeto de Nunes converte a Secretaria Municipal de Educação (SME) em um balcão de negócios. Em 2026, a privatização direta já começou com a entrega da gestão de EMEFs para organizações sociais. O modelo de “parcerias”, que já é uma realidade e vem destruindo a Educação Infantil há anos, agora avança sobre o ensino fundamental. Novos Centros Educacionais Unificados (CEUs) já vão estar sob a lógica das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e da gestão terceirizada. O objetivo final é claro: fragmentar a rede, enfraquecer os sindicatos e avançar com a terceirização.

A militarização do cotidiano escolar, avançando através da presença ostent- 

FOLHETO

A luta pela
INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE
NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquirir com nossos militantes!

Está posto que as burocracias da COEDUC subordinam ou negam abertamente a luta de classes em detrimento de disputas eleitorais e rezam a cartilha do método da pressão parlamentar e judiciária. Por isso, a UICC aponta a necessidade de **rompimento com toda e qualquer adaptação às instâncias da democracia burguesa e a conciliação com os governos de plantão.** Defendemos, portanto, a necessária antecipação do calendário de luta de 2026, com a convocação de uma Assembleia com paralisação no início do ano letivo, para avançarmos com uma forte mobilização, pautando nossas reivindicações por meio dos métodos historicamente experimentados pela classe operária.

→ siva da GCM e da ameaça das escolas cívico-militares, normaliza a repressão dentro do espaço escolar. A política de intervenção contra as gestões de escolas ranqueadas com baixo desempenho permanece à espreita. Nada garante que a lista de escolas que sofreram intervenção não seja ampliada e novas cabeças possam rolar. Diante disso, a realidade que está posta é o aumento do assédio às escolas, a busca a todo custo pela elevação dos índices da Prova São Paulo e a precarização total das condições de trabalho, que expressam objetivamente a necessidade de derrotarmos o projeto privatista de Ricardo Nunes.

Frente a essa conjuntura, a direção do SINPEEM segue aplicando sua política de conciliação e traição. O “Plano de Lutas” aprovado de forma truculenta e burocratizada no 34º Congresso é, na prática, uma carta de rendição que se limita à “vigílias parlamentares” e às ações judiciais fadadas ao engavetamento pelo judiciário burguês. O calendário aprovado aponta uma assembleia com paralisação somente para maio. Se dependermos desse plano de lutas, a campanha salarial de 2026 será a reprodução das táticas derrotistas dos anos anteriores, com um calendário totalmente adaptado ao processo eleitoral, protelando qualquer enfrentamento contra o governo.

Concretamente, nossa luta nos últimos anos foi transferida para ações no judiciário, qualquer obtenção de limitar é ovacionada como vitória da categoria, como se não soubéssemos de sua derrubada logo em seguida! E se não bastassem essas vitórias de Pirro, o “pão e circo”, a velha política distracionista, que a cada ano desvirtua o Congresso do Sinpeem, vira método e o carnaval entra oficialmente

no calendário da burocracia, como um abre-alas da “campanha de desmobilização”. A pergunta que não quer calar é, onde foi deliberado que a burocracia poderia usar recursos do sindicato para bancar bloco de carnaval? Todavia, a realidade é que dessa forma será a abertura do calendário aprovado no “Plano de Lutas” imposto no último congresso.

Está posto que as burocracias da COEDUC subordinam ou negam abertamente a luta de classes em detrimento de disputas eleitorais e rezam a cartilha do método da pressão parlamentar e judiciária. Por isso, a UICC aponta a necessidade de rompimento com toda e qualquer adaptação às instâncias da democracia burguesa e a conciliação com os governos de plantão. Defendemos, portanto, a necessária antecipação do calendário de luta de 2026, com a convocação de uma Assembleia com paralisação no início do ano letivo, para avançarmos com uma forte mobilização, pautando nossas reivindicações por meio dos métodos historicamente experimentados pela classe operária.

Os ataques estão vindo a galope e o prognóstico de mais um ano de derrotas só será revertido se recuperarmos o método da ação direta e a independência de classe. É urgente a construção de Comandos de Base in-

dependentes em cada DRE para organizar o enfrentamento às intervenções privatistas, realizar piquetes, bloqueios e ocupações que obriguem o governo a recuar.

Diante deste quadro de barbárie em que se encontra a Educação pública da cidade de São Paulo, é fundamental derrotar o arrocho. Pela revogação imediata da Lei 18.221/24! Erguer a luta para derrotar por inteiro o projeto privatista de Nunes! Portanto, é fundamental a defesa de uma política revolucionária no sindicato, que aponte para a categoria a retomada da luta direta, com a aprovação da Greve. ●

PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI 18.221/24!

MANUTENÇÃO DA JEIF PARA TODOS OS READAPTADOS!

NÃO À PRIVATIZAÇÃO E A TERCEIRIZAÇÃO! PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS TRABALHADORES CONTRATADOS E TERCEIRIZADOS!

ABAIXO À BUROCRACIA DO SINPEEM!

PELA RECUPERAÇÃO DO NOSSO INSTRUMENTO DE LUTA PARA OS TRABALHADORES!



Desemprego em massa dos professores contratados e subemprego dos professores efetivos

A Direção da Apeoesp postergou a luta, jogando a assembleia para 6 de março apenas

▲ Não muito diferente dos dois últimos anos, o governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu secretário de Educação, Renato Feder, impõem um conjunto de resoluções, que em sua essência amplia e aprofunda a reforma administrativa que vem sendo aplicada na prática muito antes de sua aprovação no Congresso.

O diferencial é que, neste ano, além do fechamento de salas nas escolas regulares, nas de período integral e dos períodos noturnos, agravando o desemprego junto aos professores contratados, a resolução de atribuição SEDUC número 03 de 13 de janeiro impôs que todos os designados (diretores, vice-diretores, coordenados, e outros cargos afastados nas Unidades Regionais de Ensino) fossem obrigados a atribuir aulas. Essa medida associada com a redução das disciplinas de humanas e artes, bem como com a avaliação de desempenho, deixou um grande número de professores adidos ou parcialmente adidos. Muitos professores, alguns prestes a se aposentarem, tiveram suas jornadas reduzidas de 32 para 19 horas/aulas, isso imporá uma redução drástica nos salários, já rebaixados pela política de arrocho salarial que perdura por décadas.

O governo jogou uma parcela dos professores contra a outra, se utili-

zando da avaliação de desempenho e de seu cursinho “multiplica”, de lavagem cerebral pautado em sua política da nova BNCC privatista. Desse modo os professores que foram “mal avaliados”, e não fizeram o cursinho, ficaram para trás nas listas de classificação no processo de atribuição de aulas. Muitos professores ingressantes puderam atribuir aulas na frente dos mais experientes. Nos últimos três anos o governo tem se utilizado desse recurso para reduzir os salários, destruir direitos conquistados e ampliar as formas precárias de contratação.

Com a ampliação dos cursos técnicos no ensino médio, rebaixando o currículo e retirando o pouco de seu caráter científico, esse ano, muitos professores dos cursos de licenciatura perderam suas aulas para os bachareis e “tecnólogos”. Os professores com diploma de licenciatura, só poderão atribuir essas aulas depois, na condição de “notório saber”. Está claro que nessa fase decadente do capitalismo, a burguesia precisa rebaixar o preço da força de trabalho por meio do rebaixamento do currículo de formação de professores, impondo ainda disciplinas obscurantistas e com os “itinerários formativos”, as chamadas disciplinas eletivas e os cursos técnicos rebaixados. O conhecimento técnico, nesse caso, é usado como forma de rebaixamento do ensino que precisa ser cada vez mais decadente, além de rebaixamento do valor da força de trabalho.

Outro problema enfrentado pelo magistério é que, segundo a resolução SEDUC 08 de 14 de janeiro, os professores que não conseguirem atribuir aulas num período de 30 dias consecutivos, terão seus contratos encerrados e sofrerão uma penalidade de ficarem 3 anos fora da rede estadual. A situação mostra que, o governo que tem controle absoluto

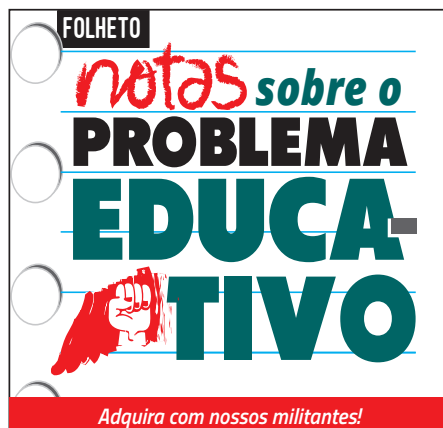
//

...

Diante de tamanho ataque e da pressão das bases, a direção do sindicato chamou um ato público no dia 17 de janeiro, outro no dia 23 do mesmo mês. **O objetivo dos atos foi o de conter a revolta de parte dos professores que viram as atribuições acontecerem e muitos efetivos com mais de uma década ficaram sem aulas.** Os professores contratados foram obrigados a pegarem o resto de um saldo de aulas muito aquém do número de desempregados. **Estima-se que mais de 40 mil professores ficaram desempregados.** ■

sobre a oferta das aulas (ao reduzir a quantidade de salas e aumentar a procura dos professores por aulas), lança os professores sob o desemprego, como se estes fossem culpados por não conseguirem o que precisam - as aulas. Com sua política privatista, de enxugamento da máquina pública, o governo pode fazer o rodízio da mão de obra, lançando milhares ao desemprego e subemprego e, na concorrência pelos empregos, opor professores contra professores. Na sociedade capitalista, é do emprego que os explorados podem garantir ainda que com dificuldades suas condições de existência.

Diante de tamanho ataque e da pressão das bases, a direção do sindicato chamou um ato público no dia 17 de janeiro, outro no dia 23 do mesmo mês. O objetivo dos atos foi o de conter a revolta de parte dos profes- ↑



→ sores que viram as atribuições acontecerem e muitos efetivos com mais de uma década ficaram sem aulas. Os professores contratados foram obrigados a pegarem o resto de um saldo de aulas muito aquém do número de desempregados. Estima-se que mais de 40 mil professores ficaram desempregados.

Ficou evidente que a direção ignora o desemprego e subemprego da categoria, os atos ao invés de assembleias, é parte de sua política de controle burocrático para impedir a

base dos professores de conseguirem romper com sua camisa de força imposta ao movimento para debater e colocar em prática um calendário que dê conta de dar uma resposta aos ataques. Assim a direção impõe seu calendário de conciliação de classes pautado na pressão parlamentar e na justiça que nada tem decidido a favor dos trabalhadores, em qualquer um dos setores, pelo contrário, tem agido abertamente a favor dos patrões e governos.

Com essa postura a direção contri-

bui abertamente com o governo que vai destruindo a escola pública. Isso mostra que a direção se transformou em uma correia de transmissão da política da frente ampla do governo Lula/Alckmin que avança nas pautas antinacionais e antipopulares com as reformas já feitas e o seu aprofundamento. O leilão dos campos de petróleo na foz do rio Amazonas, a assinatura do decreto que privatiza os rios Amazonas, Tapajós, Madeira e Tocantins, e a reforma administrativa em curso, por exemplo. ●

Reunião do Conselho Estadual de Representantes é usado como palanque eleitoral pela reeleição do governo Lula, e sabota o debate das condições reais enfrentadas pelos professores

A reunião que ocorreu na quadra da escola de samba Rosa de Ouro, em São Paulo, foi chamada sob o pretexto de se discutir as atribuições das aulas. Porém, os conselheiros foram submetidos a uma reunião de mais de 9 horas, onde a direção majoritária montou a primeira mesa com os burocratas Gilmar Mauro, coordenador do MST, Juliano Medeiros, ex-presidente do PSOL, e João Pimenta, que representou o PCO. Essa mesa fez o debate de conjuntura internacional, apontando o crescimento da extrema direita na América Latina, a intervenção do imperialismo na Venezuela, dentre outros problemas. No debate nacional, todos eles apontaram que a saída para enfrentar o que chamam de fascismo é eleger Lula neste ano. Ou seja, houve uma clara utilização do CER como palanque eleitoral.

Antes de iniciar os debates, uma integrante da oposição pediu inversão da pauta e justificou a necessidade do debate sobre os problemas enfrentados pelos professores, mas a mesa negou. Antes de iniciar a segunda mesa com integrantes de várias organizações sociais para fazerem o mesmo debate da defesa da reeleição de Lula, a mesa decidiu abrir para debater a situação das atri-

buições. Ficou evidente que era uma forma de tentar dar um ar de postura democrática, para tentar esconder seu controle burocrático.

Nossa intervenção foi a de apontar que aquela reunião deixou por último o debate do desemprego e subemprego, porque a direção não está preocupada com esse problema, mas sim completamente comprometida com o resultado das eleições, ou seja, com eleger mais um governo burguês. Colocamos também a necessidade de uma assembleia ainda em fevereiro para que os professores pudessem debater e erguer a greve contra o desemprego em massa.

Depois da mesa de “debates” com representantes das centrais sindicais, do movimento estudantil, de moradia e outras organizações, as quais todas as falas confluíram novamente para a defesa das eleições burguesas e de Lula. Já quase no final da tarde, com a plenária completamente esvaziada tanto pela situação, quanto pela oposição, abriu-se o debate para as campanhas. Mais uma vez a Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI denunciou a posição de traição da direção majoritária da Apeoesp que transformou a instância num aparelho burocrático, voltado às eleições burguesas e em defesa do PT.

Nos opomos ao ato chamado para o dia 11 e novamente propusemos a necessidade da assembleia para o dia 6 de fevereiro para chamar a greve.

Na mesma reunião, a burocracia apresentou sua comissão para as eleições do sindicato. Uma militante da corrente Reviravolta/PSTU pediu a fala para pedir uma vaga na comissão para as correntes de oposição, buscando garantir a proporção das correntes de oposição que ocupam o CER. A mesa de forma oportunista colocou a proposta em votação, num ato aberto de negação à proporcionalidade. Está claro que a burocracia ampliará seus golpes contra as correntes de oposição, para tentar colocar para fora os quadros que combatem sua política burocrática e conciliadora. ●

FOLHETO

**COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE**

A **economia nacionalizada** mantém as bases sociais e econômicas do **Estado Operário Degenerado**, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

São Paulo - Ato em defesa da soberania da Venezuela

ESVAZIADO E ORDEIRO, O ATO DA ALBA EM SP DEIXOU CLARO QUE O GOVERNISMO (PT E ALIADOS) SÓ PENSA NAS ELEIÇÕES, E NÃO EM ORGANIZAR UMA LUTA ANTI-IMPERIALISTA CONSEQUENTE



O ato em defesa da soberania da Venezuela, organizado pelo movimento ALBA (dirigido por organizações, partidos e direções políticas e sindicais reformistas e estalinistas), reuniu não mais de 350 pessoas na frente do Teatro Municipal de São Paulo. Havia um acordo com a

polícia de realizar um ato de duas horas. O ato combinou “atividades culturais” com falas de partidos, sindicatos e movimentos. Depois das falas de dois minutos de lideranças dos movimentos, partidos e correntes governistas (PT, PCdoB, PCB, PSOL, UNE, UPES etc. e aliados (UP), foi a vez dos centristas (MRT), dos stalinistas (PCBR) e do PPRI. O ato encerrou como exigido pela polícia às 19h. Estiveram ausentes a Conlutas e seus partidos.

A atividade esteve aquém do movimento massivo e radicalizado que se deve pôr de pé para mobilizar os trabalhadores como uma só força para ajudar à Venezuela a resistir ao ataque dos EUA. As direções do PT, PCdoB, PCB, UP e PSOL sujeitaram-se às decisões da polícia e rejeitaram realizar uma grande manifestação de rua. Isso deveu-se, em grande parte, ao caráter burocrático da “plenária” que organizou o ato, que nem permitiu a inúmeros partidos decidir sobre as bandeiras e o caráter do ato. Foi “cedida” a fala aos partidos silen-

//

...

Lula cravou um prego no caixão que enterrará a luta dos governistas pela autodeterminação das massas venezuelanas, porque só elas têm direito a decidir o destino do governo que elegeram. As direções sindicais governistas e seus satélites serão “obrigadas” a pôr por baixo do tapete a cumplicidade política de Lula com o imperialismo sobre a Venezuela.

ciados na plenária porque só falaríamos apenas à militância.

A ausência dos morenistas e dos partidos revisionistas que orbitam ao redor da CSP-Conlutas (POR, SoB, COI etc.) será justificada por esses, logo mais, pelo fato de não se “submeter” à defesa do governo

FOLHETO
NOVO!

PROGRAMA

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

Adquira com nossos militantes!



chavista, pela plenária ser burocratizada, porque pretende construir movimentos “socialistas” etc. Na verdade, farão “atos alternativos” onde possam defender a queda do chavismo (uma posição pró-imperialista na situação) e fazer sua própria campanha eleitoral para as eleições de 2026.

No momento em que o imperialismo está em uma ofensiva brutal contra as nações oprimidas, o divisionismo isola a vanguarda perante um amplo setor das massas, que ainda que sob direção dos governistas, defendem a Venezuela e estão dispostas a fazer algo para derrotar e expulsar o imperialismo do continente. E significa fugir do combate firme contra os reformistas e stalinistas para que suas bases rompam com a política burguesa e democratizante ao serviço da ditadura da burguesia.

O objetivo defendido pelos governistas na “defesa da paz” e da “democracia” na América Latina tem um claro conteúdo eleitoral. Daí as palavras de ordem de “derrotar a direita” aliada do imperialismo e dos EUA defendendo a democracia no Brasil; ou seja, votando em Lula para 2026. O problema para os governistas de defender o governo chavista, sobretudo, a bandeira de liberdade a Maduro e Flores (sua principal bandeira) é o próprio Lula.

Recentemente, afirmou em entrevista (UOL) que deseja “*que a democracia seja efetivamente respeitada*”, e que “*o povo possa participar ativamente*” da vida institucional. Lula se posicionou assim, indiretamente, por legitimar o sequestro de Maduro. Posição pró-imperialista consequente com sua rejeição a não reconhecer a “legitimidade” das últimas eleições que deram a vitória para Maduro. Tomou partido assim junto do imperialismo, que justificou sua ação armada, dentre outras mentiras, pela “ilegitimidade” de Maduro. Eis porque Lula não defende que o presidente eleito pelas massas retorne a seu país, por não ser sua “*preocupação principal*”.

Lula cravou um prego no caixão que enterrará a luta dos governistas pela autodeterminação das massas venezuelanas, porque só elas têm direito a decidir o destino do governo que elegeram. As direções sindicais governistas e seus satélites serão “obrigadas” a pôr por baixo do tapete a cumplicidade política de Lula com o imperialismo sobre a Venezuela. Como irão esconder debaixo do tapete a cumplicidade de Lula com o genocídio palestino ao exigirem que os atos em defesa da Palestina não ergam a bandeira de que o governo rompa imediatamente e incondicionalmente as relações com Israel.

A defesa da estratégia, dos métodos e das táticas revolucionárias do proletariado em luta pelo socialismo é uma tarefa colocada à vanguarda com consciência de classe, que deve defendê-la no interior dos movimentos de massas que começam a se mobilizar contra a ofensiva imperialista e que continuarão defendendo o fim do genocídio em Gaza. Não é com paz e nem como democracia burguesa que se freará a reação e opressão imperialista, e sim com a luta de classes! Esse programa e estratégia devem ser erguidos contra as capitulações dos governistas que arrastam as massas a votar em Lula, acobertando sua política pró-imperialista na Venezuela e suas medidas de financiamento de Israel.

O PPRI acha um dever participar das atividades que se convocam em defesa da nação oprimida e defender a estratégia revolucionária perante a ofensiva imperialista, fazendo ainda uma clara defesa do direito das massas venezuelanas a se autodeterminar e decidir sobre todos seus assuntos internos de seu país, dentre eles, as formas políticas institucionais e seu governo. A fala do PPRI se orientou a colocar esses dois problemas fundamentais da tática leninista para impulsionar a luta de classes. ●

ATO EM DEFESA DA VENEZUELA - CARAGUATATUBA



No dia 31/01, em Caraguatatuba, litoral norte de SP, ocorreu um ato em defesa da Venezuela, organizado pelo Fórum Sindical e Movimentos Sociais do Litoral Norte. Poucos foram os partidos que atenderam à importante tarefa de denunciar regionalmente a invasão sofrida pela Venezuela, levando à intervenção coordenada pelo governo Trump que resultou em um golpe de estado contra o presidente eleito, Nicolás Maduro. A atividade políti-

ca contou com a participação dos partidos PPRI, PCBR, UP e POR.

Embora esvaziado, a militância presente denunciou o ataque militar imperialista que resultou no sequestro de Nicolás Maduro e Cilia Flores pelos Estados Unidos.

As falas foram combativas no sentido de tentar demonstrar à população que passou pelo ato que esse mais recente ataque é fruto de uma crise econômica do capitalismo, que leva o imperialismo a ampliar seu saque, intervindo nos países

semicoloniais.

O PPRI atuou com o panfletário de seu manifesto, intitulado de: “*A defesa do direito das massas nacionais oprimidas da Venezuela a decidirem sobre todos os assuntos internos de seu país exige organizar e desenvolver a luta de classes*”. Nossa intervenção se concentrou na defesa de que apenas compete às massas venezuelanas decidirem sobre o governo de Maduro e sobre todos os assuntos internos da Venezuela. A defesa do princípio de independência

de classe, sem a interferência do Estado e de seus governos eleitoreiros, significa pôr em prática esse direito tendo por fundamento a organização da classe operária sob seu programa e estratégia revolucionárias.

Por fim, foi feita a defesa de uma frente única anti-imperialista, com os métodos da ação direta históricos na luta do operariado, como ocupar fábricas sob controle operário, organizar uma verdadeira greve geral em defesa de suas reivindicações. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csm.roraima@gmail.com

28 de janeiro de 2026 / nº 94



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

O chavismo continua sob ataque do imperialismo. O governo nacionalista-burguês demonstra-se cada vez mais impotente para combater de fato a ofensiva dos EUA. Essa tarefa democrática recai inteiramente nas mãos do proletariado que deve se erguer na direção política da nação oprimida, conquistando sua independência de classe e erguendo seu programa e estratégia anti-imperialista e anticapitalista.

A DEFESA DO DIREITO DAS MASSAS NACIONAIS OPRIMIDAS DA VENEZUELA A DECIDIREM SOBRE TODOS OS ASSUNTOS INTERNOS DE SEU PAÍS EXIGE ORGANIZAR E DESENVOLVER A LUTA DE CLASSES

Passou quase um mês desde o ataque militar e sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e da deputada Cilia Flores. O golpe de estado realizado pelo imperialismo norte-americano contra o governo nacionalista-burguês da nação oprimida se enquadra dentro das medidas de guerra travadas pelo imperialismo contra governos e países que não se submetem completamente a seus ditames e interesses. Agora mesmo se preparam as condições para a retomada da intervenção militar contra Irã visando uma mudança do regime nacionalista-burguês islâmico de formas teocráticas.

O golpe de estado realizado de fora para dentro do país enfraqueceu o governo, mas não o destruiu. Está cada vez mais claro que houve paralisia ou convivência de um setor do chavismo, mas afirmar que a cúpula chavista tenha traído Maduro é servir aos interesses do imperialismo que procura justificar seu intervencionismo. O que está claro é que o governo chavista, duramente atingido e ainda perplexo pelo ataque, ensaia apresentar diversas concessões aos EUA visando bloquear ou,

pelo menos, retardar novos ataques. As concessões não implicam, necessariamente, a capitulação. Mas, sim favorece a ofensiva dos EUA e obriga ao chavismo a aproximar-se de negociações para evitar sua destruição.

Ficou sim absolutamente claro que o governo chavista é impotente para mobilizar as massas contra os interesses imperialistas ainda presentes no país. Não chamou a ocupar as indústrias do imperialismo e nem fez qualquer aceno para sua nacionalização imediata (sem indenização) como medidas elementares de defesa da nação oprimida sob ataque. Pelo contrário: aprovam-se medidas econômicas que favorecem (ainda que parcialmente) às empresas e investimentos privados dos EUA na indústria estatizada do petróleo. Sob cerco e ofensiva imperialista, o governo chavista faz concessões para sobreviver, visando desescalar a ofensiva norte-americana. A burguesia nacionalista e a burocracia chavista procuram uma via à negociação que não as preservará se o imperialismo decide sua derrocada.

É nesse quadro que se apresenta a completa falência do nacionalismo-burguês para enfrentar até o final o

imperialismo, mobilizando revolucionariamente a nação oprimida. Não é por acaso que a ameaça do chavismo de mobilizar as massas para a resistência não passou de blefe. Somente as massas mobilizadas sob sua estratégia própria de poder poderão defender a nação nesta etapa crítica. Infelizmente, estão órfãs de sua direção revolucionária. Essa é a maior tragédia do povo venezuelano!

Em sua decadência, o imperialismo estadunidense desenvolve seu intervencionismo no mundo, com vistas ao terreno de enfrentamento estratégico com os estados operários degenerados, fundamentalmente a China, caracterizados na nova Estratégia de Defesa do governo estadunidense como “ameaças permanentes” a seu domínio total sobre a economia, as relações políticas e capacidades militares. Declara-se aos EUA preparados para dissuadir pela força à China, Rússia e Coreia do Norte, e que não se permitirá o domínio chinês na América Latina (ou de seus aliados) por questões de “segurança nacional”. Isto coloca à principal potência imperialista na via das anexações e da colonização (militar ou política) de todos os países que considere de sua

→ exclusiva área de exploração. A retórica de não se tratar de uma estratégia militar é uma completa farsa. É um plano de guerra que rasga o direito e legalidade burguesas erguidas logo após a Segunda Guerra Mundial. A via militar combinada à coerção econômica prepara as condições para uma III Guerra mundial que procura subjugar os estados operários degenerados e as massas.

As instituições democráticas, o direito internacional e os organismos internacionais foram jogados no lixo. A ONU e o Conselho de Segurança nada farão contra as ações dos EUA. A própria ONU deu carta branca aos EUA para colonizar a Palestina por meio de uma "junta de negócios" das burguesias cúmplices do genocídio palestino visando maximizar seus lucros sobre os ossos dos palestinos. É criminoso que Lula chame à resolução pacífica do ataque quando o imperialismo está em ofensiva militar para impor seus interesses. A defesa da democracia e das instituições somente pode servir de enganação e desvio das massas a urgente tarefa colocada pela história: a derrota do imperialismo com a guerra civil dos explorados contra seus exploradores e seus governos e agentes políticos nos estados nacionais. Não há outra forma para derrotar o imperialismo! Todo e qualquer chamado ao pacifismo e respeitar as vias institucionais servirá apenas à campanha eleitoral, mas amarra os pés e mãos das massas exploradas nacionais perante a brutal e violenta ofensiva imperialista contra as nações oprimidas!

É necessário partir dessa caracterização e de verificar a completa falência e impotência do nacionalismo-burguês para defender as nações oprimidas para ajudar às massas a romper com os chamamentos democratizantes e pacifistas que em nada mudarão o curso da ofensiva imperialista. Por isso, quanto mais o proletariado avance a sua independência de classe, recorra a unificação de suas ações contra os interesses norte-americanos por todo o continente, se apoie na ação direta e co-

letiva para ocupar fábricas e atinja diretamente as bases econômicas e políticas do imperialismo em nossos países, mais rápido se aproximará de infringir uma derrota estratégica à ofensiva imperialista.

Trata-se então de aplicar de forma consequente e prática a tática leninista da defesa incondicional das nações oprimidas. O princípio à livre autodeterminação confere aos povos e nações o direito de decidir sobre seus governos - ou autogoverno. A defesa principista do direito das massas das nações oprimidas a sua autodeterminação significa o exercício pleno do direito a decidirem por si mesmas, sem qualquer coação externa, as relações políticas e econômicas, bem como suas formas de governo. Trata-se de um direito democrático que deve ser plenamente garantido às massas, povos e nações oprimidas que lutam pela sua autodeterminação e soberania. Mas, ensina a história também que somente o proletariado estruturado como classe de forma independente e sob posse de seu programa e estratégia socialista pode libertar às nações oprimidas da opressão social e nacional da burguesia imperialista.

O princípio marxista-leninista-trotskista da defesa incondicional à autodeterminação das nações e povos se guia, portanto, pela defesa do direito das massas exploradas e oprimidas da nação oprimida a decidir sobre seus destinos, incluído ali sobre seu governo, é aplicado por meio de uma tática clara em que se defende (sob determinadas condições e circunstâncias) estar e combater *conjuntamente ao lado do governo* pela derrota do inimigo principal das massas na conjuntura histórica e concreta dada.

É com a unidade frentista da classe operária por cima das fronteiras nacionais sob um plano comum de reivindicações e medidas anti-imperialistas, com os métodos da luta classes, e fazendo um trabalho de propaganda e agitação revolucionária ao interior dos sindicatos e movimentos que se poderá avançar à esse

caminho. Sobre a base da unificação e coesão da ação das frações do proletariado latino-americano será possível realizar uma ampla mobilização anti-imperialista. No cenário convulsivo e diante da impotência do nacionalismo-burguês não há como obscurecer e nem apagar o fato de que a única saída passa - e passará - pela constituição de uma Frente Única Anti-imperialista baseada na estratégia revolucionária! Entretanto, isso exige a resolução da profunda crise de direção revolucionária que impede à classe operária ser a direção política das massas na luta anti-imperialista e anticapitalista.

Os marxistas, ainda estando junto do governo conjunturalmente quando sob ataque imperialista, nunca abandonam a orientação de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias, ou seja, de derrubada do governo burguês pela constituição de uma república soviética e de um estado operário. Nesse sentido, a unidade frentista anti-imperialista visa ajudar as massas a confiarem só em suas forças, em seus métodos e estratégia. E isso somente será possível quando a vanguarda abandonar a embriaguez eleitoral e democratizante, e retomar os métodos e estratégia da luta de classes, avançando na construção de seus partidos proletários revolucionários e internacionalistas. ●

Que as massas latino-americanas tomem imediatas medidas de guerra civil por todo o continente contra os interesses norte-americanos!

Pela ocupação das empresas dos EUA e que todos os funcionários dessas e da embaixada sejam tomadas reféns pelas milícias operárias e populares!

Erguer a Frente Única Anti-imperialista sob direção do proletariado!

Sobre a tática leninista da defesa das nações oprimidas

SOBRE OS PRINCÍPIOS, MÉTODOS E TÁTICA MARXISTA-LENINISTA-TROTSKISTA DA DEFESA INCONDICIONAL DAS NAÇÕES OPRIMIDAS

A defesa incondicional da nação oprimida decorre da tática elaborada por Lênin sobre o direito das massas nacionais decidirem sobre todos assuntos internos que dizem respeito a sua nação. Como nos ensinara Lênin, não se trata de dar respostas mecânicas ou de recorrer a abstrações teóricas desconexas das condições de estruturação histórica, social e política das nações.

A política proletária em defesa das nações oprimidas parte do real concreto, das contradições presentes no desenvolvimento histórico e de um povo determinado em seu processo histórico para, assim, desenvolver a tática capaz de impulsionar a luta anti-imperialista e anticapitalista. Portanto, não separa o princípio político de sua aplicação prática por meio da tática. Nesse sentido, trata-se de comprovar se as bandeiras e consignas que se defendem na situação dada servem, objetiva e concretamente, ao proletariado e às massas oprimidas em sua luta pela sua emancipação da opressão social e nacional. Ou se, pelo contrário, servem a seus inimigos, para reforçar a exploração e a opressão social e nacional. Eis como se estabelece uma orientação política correta para uma conjuntura dada.

COMO LÊNIN COLOCAVA O PROBLEMA DA DEFESA INCONDICIONAL DAS NAÇÕES OPRIMIDAS

No texto *“A classe Operária e a questão Nacional”* (1913), Lênin afirmou que a época das revoluções nacionais burguesas tinha sido encerrada: estava aberta a da revolução proletária. Nesse sentido, disse: a consigna “defesa da pátria” corrompe “os operários com palavras de ordem nacionalistas”, desviando-os de “suas tarefas mundiais”. Porém, considerava que o proletariado devia apoiar a luta das massas nacionais pela sua autodeterminação por ser uma luta historicamente progressiva porque *“Só o proletariado defende ... a verdadeira liberdade das nações e a unidade dos operários de todas as nações”*. Em *“Igualdade nacional”* (1914), retoma essa linha assinalando que *“a classe operária deve expressar-se da forma mais clara contra toda a opressão das nacionalidades”* lutando decididamente pela *“plena igualdade de todos, e pela rejeição definitiva de qualquer privilégio de qualquer nação”* sobre outra.

No texto *“Como o bispo Nikon defende os ucranianos?”* (1913), defende *“o princípio de que todos os assuntos do Estado devem solucionar-se de acordo com a vontade da maioria da população”*. O que significa apoiar o direito das massas nacionais a decidirem sobre todos os assuntos internos de seu país, inclusive seu governo. É sobre essa base de princípios que seria possível ainda a *“mais estreita união dos operários do mundo contra os ‘próprios’ capitalistas e dos demais países”*. Para desenvolver e fortalecer essa unidade devia-se combater toda manifestação chauvinista do proletariado contra uma nação oprimida. Para Lênin, *“não há pior inimigo que os preconceitos e as superstições brutais, que ocultam*

os inimigos autênticos” dos operários das diferentes nacionalidades (*“Igualdade nacional”*, 1914).

Lênin alerta também do perigo de defender *“palavras de ordem abstratas”* como derrubar as fronteiras nacionais pela revolução socialista renegando das tarefas democráticas colocadas às nações oprimidas (*“Discurso Sobre a Questão Nacional”*, 1917). Por isso é que se bem afirma, de um lado, que a palavra de ordem *“abaixo as fronteiras”* será justa apenas quando a revolução socialista for uma realidade concreta, de outro, também afirma que a defesa da nação oprimida, portanto, do direito das massas a decidirem sobre todos os problemas da nação oprimida (economia, instituições, regime de governo etc.) é justa e deve ser desenvolvida pelo fato de mobilizar a luta unitária do proletariado da nação opressora e oprimida - e de todo o mundo - contra a opressão nacional e a burguesia mundial.

Enfim, para fixar uma tática e uma posição revolucionária correta, o principal é um estudo e a análise científico das *“condições histórico-econômicas concretas dos movimentos nacionais”*, diz Lênin (*“Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”*, 1914). Insistiu mais de uma vez sobre o fato de que as particularidades do desenvolvimento desigual não deviam ser ignoradas, sempre avaliando-as objetivando saber a *qual classe e a quais objetivos* serve a luta das massas das nações oprimidas em um determinado momento histórico. Assim, se para a burguesia as reivindicações nacionais são *“incondicionais”* (quando se trata de defender seu direito à exploração do país em seu próprio benefício), para o proletariado, *“estão subordinadas aos interesses da luta de classes”*. E assinala na sequência que se bem a

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!





“ausência de movimentos democrático-burgueses de massas, quando o capitalismo desenvolvido, aproximando e misturando cada vez mais as nações já plenamente incorporadas na circulação comercial, coloca em primeiro plano o antagonismo entre o capital internacionalmente fundido e o movimento operário internacional”. Mas, “uma vez surgidos os movimentos nacionais de massas, ignorá-los, recusar-se a apoiar o que neles existe de progressivo significa de fato ceder aos preconceitos nacionalistas...”, portanto, aos interesses da nação opressora.

Quanto à relação entre a tática (defesa da nação oprimida) e estratégia (revolução socialista), no texto “Socialismo e a Guerra” (1915, ponto *Direito das nações à autodeterminação*), Lênin assinala que “Os socialistas não podem alcançar o seu grande objetivo, sem lutar contra toda a opressão das nações”. Por isso, “um socialista” que não defende este direito das nações oprimidas “é um chauvinista”. Assim, afirma: “Os socialistas das nações oprimidas ... devem lutar, incondicionalmente, pela plena unidade (incluindo a unidade orgânica) dos operários das nacionalidades oprimidas e das nações opressoras”. Veja-se que segundo Lênin, essa unidade somente pode ser alcançada defendendo o direito do proletariado da nação oprimida (junto das massas) a decidir por si mesmos sobre seus destinos.

Resumindo: na época imperialista, que é também a da luta das nações oprimidas contra as potências e países que as oprimem, a luta “pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é impossível, se não se reconhece o direito das nações à autodeterminação” diz claramente Lênin. Eis porque o proletariado e socialista que aceite a “a menor violência de sua nação sobre outras nações não pode ser socialista”. O mesmo princípio pode ser aplicado a qualquer fração do proletariado ou “socialista” que se acobertando por trás de “palavras de ordem abstratas” serve de instrumento ao opressor e ao enfraquecimento da unidade na luta da nação oprimida contra a nação opressora.

LIVRE AUTODETERMINAÇÃO SIGNIFICA O DIREITO DAS MASSAS A ELEGEREM SEU PRÓPRIO GOVERNO

Segundo Lênin, o princípio da livre autodeterminação confere aos povos e nações o direito de decidir sobre seus governos ou ao autogoverno. A autodeterminação significa exercício pleno do direito à nação de decidir por si mesma (e sem qualquer coação externa) as relações políticas e econômicas que decidem estabelecer para si mesmas ou em sua relação com outros governos e nações em igualdade de condições e direitos. Está aí porque se trata de um direito democrático que deve ser plenamente garantido às massas, povos e nações oprimidas que lutam pela sua autodeterminação e soberania.

Lênin dava a maior importância a esse princípio e nunca o abandonou, sequer após a formação da URSS. Basta lembrar “suas discussões com a delegação de representantes da República Popular da Mongólia (RPM), quando tendo em conta o caráter agrícola do país, defendeu que ser “possível e necessário para a R.P.M. seguir um caminho de desenvolvimento não-capitalista”, de forma que após “trabalho duro da parte do Partido Revolucionário Popular e o Governo” por introduzir “novas formas de atividade econômica e cultura nacional” se poderia avançar na transição ao socialismo”¹.

Lênin entendia o direito ao autogoverno das massas nacionais de uma nação não como imposição arbitrária e sim como uma decisão “livre” das massas da nação oprimida. Seria lutando junto delas, por meio da unidade frentista e dos métodos de luta revolucionários, fazendo um trabalho sistemático de propaganda e agitação revolucionária, que o partido ganhará o direito de ser sua direção política.

LÊNIN E TROTSKY ESTIVERAM DISPOSTOS A COMBATER AO LADO DE GOVERNOS BURGUESES E PEQUENO-BURGUESES

A decisão de combater ao lado de um governo burguês de uma nação sob ataque de forças imperialistas, e que procuram sua derrubada, Lê-

1. “Conversa com a Delegação da República Popular da Mongólia”, Lênin, 5 de novembro de 2021. Retiramos esta passagem da nota sobre a criação da URSS publicada no OI nº 34, de dezembro de 2024.

nin nos ensinou que não pode ser abstrata. Trata-se da particularidade de uma tática e de uma orientação política prática ajustada às “condições histórico-econômicas concretas dos movimentos nacionais”. Temos sim exemplos não apenas do Lênin, como de Trotsky que podem ajudar a nos aproximar de uma resposta sobre qual a tática a ser defendida em condições histórico-concretas. São exemplos muitas vezes citados pelas correntes que se reivindicam de trotskistas e leninistas, mas que a maioria das vezes (se não em todas) é negada quando diz respeito a estabelecer as bandeiras práticas e fixar publicamente uma posição a respeito.



Segundo Lênin, o princípio da livre autodeterminação confere aos povos e nações o direito de decidir sobre seus governos ou ao autogoverno. A autodeterminação significa exercício pleno do direito à nação de decidir por si mesma (e sem qualquer coação externa) as relações políticas e econômicas que decidem estabelecer para si mesmas ou em sua relação com outros governos e nações em igualdade de condições e direitos. Está aí porque se trata de um direito democrático que deve ser plenamente garantido às massas, povos e nações oprimidas que lutam pela sua autodeterminação e soberania.

continua →

FOLHETO

PARA ONDE
marxismo » revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!

// ... Em Lênin e Trotsky está clara a posição (política e pessoal) de combater conjuntamente junto de um governo pequeno-burguês surgidos dos soviets (Kerenski) e de um governo “semifascista” burguês surgido de um golpe militar (Vargas) quando ameaçados de serem derrubados pelas forças imperialistas ou reacionárias. Apesar das diferentes formas do regime político, Lênin e Trotsky estavam ao lado de governos burgueses e pequeno-burgueses visando à derrota das forças que ameaçavam os derrubar pela via militar, **aplicando uma tática que poderia abrir uma via à luta revolucionária do proletariado.**

→

O primeiro exemplo é de Lênin. Em face da ofensiva do general czarista Kornilov, em agosto de 1917 (“Ao Comitê Central do POSDR”), que visava à restauração monárquica (com apoio direto do imperialismo) e à derrubada do governo Kerenski e, sobretudo, do regime de duplo poder surgido da revolução de Fevereiro, exigiu do partido bolchevique uma mudança “radical” da tática. Sem romper os princípios e nem abandonar o objetivo da revolução proletária, Lênin chamou a combater junto do governo kerenski sem o apoiar politicamente. Assim explica a mudança tática do POSDR: “Nós combateremos, nós combatemos contra Kornilov, tal como as tropas de Kerenski, mas nós não apoiamos Kerenski, antes desmascaramos a sua fraqueza. E esta é a diferença. Esta diferença é bastante subtil, mas arquiessencial e que não se deve esquecer”.. Essa mudança “radical” da tática, explica Lênin, muda a **forma** da luta contra Kerenski, sem por isso “debilitar em nada a hostilidade para com ele, sem retirar uma só palavra dita contra ele, sem renunciar à tare-

fa do derrubamento de Kerenski”. Ou seja, “não vamos derrubar Kerenski agora; nós agora abordamos **de outra maneira** a tarefa da luta contra ele ... explicando ao povo (que luta contra Kornilov) a **fraqueza** e as **hesitações** de Kerenski. **Também** anteriormente fazíamos isto. Mas agora tornou-se o **principal**: nisto consiste a mudança”. O objetivo imediato era defender as “reivindicações parciais” contra o governo (prender Miliukov, armar os operários, dissolver a Duma de Estado, entregar as terras dos latifundiários aos camponeses, introduzir o controle operário sobre o pão e sobre as fábricas etc.) dirigidas a mobilizar o proletariado, os soldados e os camponeses. Assim, diz Lênin, aproximámo-nos da tomada do poder, “**não de forma direta, mas lateral**”. Por isso, continua assinalando, “é necessário, **neste mesmo instante**, fazer campanha não tanto diretamente contra Kerenski, como **indiretamente** contra ele ... exigindo uma guerra ativa ... verdadeiramente revolucionária, contra Kornilov. Só o desenvolvimento desta guerra pode conduzir-**nos** ao poder”, diz Lênin. Conclui assinalando que “O momento agora é de **ação**, a guerra contra Kornilov deve ser feita revolucionariamente, arrastando as massas” (destacados no original).

Nenhuma das correntes que se reivindicam do leninismo-trotskyismo hoje (com exceção do PPRI até onde sabemos) defende essa posição para Venezuela e Irã, por exemplo. Ainda menos podemos nos imaginar Lênin fazendo qualquer chamamento a derrubar o governo de Kerenski do estilo “abaixo o governo burguês e pró-imperialista” quando estava ameaçado pela sua derrubada pela reação czarista-imperialista encarnada por Kornilov. Isso já demonstramos com sua citação. Mas é o que, provavelmente, defenderiam os morenistas e

seus satélites nessa situação.

Outro exemplo o temos no texto “A luta anti-imperialista é a chave da libertação”, entrevista feita por Mateo Fossa a Trotsky, onde este explica que apesar do “regime semifascista” de Vargas ao qual “qualquer revolucionário só pode considerar com ódio”, se o Brasil entrasse em guerra com Inglaterra, ele diz que pessoalmente estaria “do lado de Brasil “fascista”” contra a “democrática” Grã Bretanha. Isto porque se a Inglaterra ganhasse, poria “outro fascista” e amarraria o Brasil com “duplas cadeias”. Se ao contrário ganhasse o Brasil “fascista”, a “consciência nacional e democrática deste país teria um enorme impulso que levaria ao derrocamento da ditadura de Vargas”, ao mesmo tempo em que a derrota da Inglaterra daria impulso à luta de classe proletária nesse país. Conclui seu raciocínio assinalando que “há que ser muito cabeça oca para reduzir os antagonismos e conflitos militares mundiais à luta entre fascismo e democracia”. Seguindo seu raciocínio, nós afirmamos: há que ser muito cabeça oca para combater “ao mesmo tempo” o imperialismo e ao governo burguês de uma nação oprimida sob ataque desse, porque significaria aceitar a derrubada desse pela ação do imperialismo, única “força social” capaz de cumprir esse objetivo quando as massas não contam com sua direção revolucionária, e apoiar a imposição de um governo títere que acabará reforçando a opressão nacional e empurrará a luta de classes nos países imperialistas e semicolônias em dezenas de anos para trás.

O PRINCÍPIO LENINISTA DA DEFESA DA NAÇÃO OPRIMIDA SE MANIFESTA (E APLICA) POR MEIO DA TÁTICA

Em Lênin e Trotsky está clara a posição (política e pessoal) de combater conjuntamente junto de um

FOLHETO
NOVO!



Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Adquira com nossos militantes!



governo pequeno-burguês surgidos dos soviets (Kerenski) e de um governo “semifascista” burguês surgido de um golpe militar (Vargas) quando ameaçados de serem derrubados pelas forças imperialistas ou reacionárias. Apesar das diferentes formas do regime político, Lênin e Trotsky *estavam ao lado de governos burgueses e pequeno-burgueses visando à derrota das forças que ameaçavam os derrubar pela via militar, aplicando uma tática que poderia abrir uma via à luta revolucionária do proletariado.*

O princípio marxista-leninista-trotskyista da defesa incondicional à autodeterminação das nações e povos se guia, portanto, pela defesa do proletariado e seu partido revolucionário do direito (inegociável e irrenunciável) das massas exploradas e oprimidas da nação oprimida a decidir sobre seus destinos, incluído ali sobre seu governo, é aplicado por meio de uma tática clara em que se defende (sob determinadas condições e circunstâncias) combater *conjunturalmente ao lado do governo* pela derrota do inimigo principal das massas na conjuntura histórica e concreta dada.

A síntese dessa relação entre princípio e tática no que diz respeito à defesa incondicional das nações oprimidas é, concretamente, “*golpear juntos, marchar em separado*”. “*Golpear juntos*” nas condições de um ataque a uma nação oprimida, a exemplo da Venezuela ou do Irã, significa *estar ao lado de um governo* ao qual combatemos estrategicamente, mas que *conjunturalmente decidimos estar ao lado desse* visando a derrota de um inimigo da nação e das massas oprimidas em defesa do direito à autodeterminação das massas da nação oprimida. Mas, desenvolvemos esta tática junto das massas para penetrar em seu seio e ganhar sua vanguarda à estratégia revolucionária e, chegado o momento, derrocar o

governo burguês com os métodos da luta de classes: ou seja, “*marchando em separado*”.

É o que fizeram Lênin e Trotsky ao tomar uma posição clara de estar ao lado conjunturalmente do governo que as massas no seu processo histórico elegeram ou ergueram no poder, contra o inimigo que procura as subjugar e submeter a violenta opressão social e nacional. É precisamente o que nunca fazem (nem defendem) muitos “leninistas” e “trotskyistas” quando se trata da Venezuela e do Irã.



...

Os marxistas, ainda estando junto do governo conjunturalmente quando sob ataque imperialista, nunca abandonam a orientação de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias, ou seja, de derrubada do governo burguês pela constituição de uma república soviética e de um estado operário. Apenas seguem essa orientação estratégica por uma via e com métodos diferentes na conjuntura. ■

A TÁTICA LENINISTA APLICADA ÀS CONDIÇÕES HISTÓRICO-CONCRETAS DA ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA MUNDIAL

No caso da Venezuela e do Irã, apoiar incondicionalmente o direito das massas nacionais do país a decidirem, por si mesmas, sobre sua nação perante uma ameaça militar e intervencionista do imperialismo significa ou não combater conjunturalmente junto do governo que essas elegeram e constituíram? Portanto, se deve ou não estar ao lado do go-

verno sob ataque do imperialismo ou contra uma intervenção que visa à sua derrubada pela via contrarrevolucionária?

Nenhuma das correntes que se dizem de esquerda e, sobretudo, marxistas ou socialistas, dão a esta questão decisiva uma resposta clara. Quase todas respondem com um “NÃO” combinada à palavra de ordem de sua derrubada em meio ao cerco e ofensiva imperialista. Como diria Lênin, são chauvinistas, instrumentos da burguesia mundial contra o direito à autodeterminação das nações oprimidas. Os marxistas, ainda estando junto do governo conjunturalmente quando sob ataque imperialista, nunca abandonam a orientação de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias, ou seja, de derrubada do governo burguês pela constituição de uma república soviética e de um estado operário. Apenas seguem essa orientação estratégica por uma via e com métodos diferentes na conjuntura.

A luta internacionalista e comum do proletariado sob seus objetivos de classe não é antagônica à luta das massas nacionais a decidirem por si mesmas sobre todos os assuntos internos do país oprimido: constituem uma unidade dialética interdependente e contraditória. A contradição entre os objetivos socialistas (revolução proletária, fim das fronteiras nacionais etc.) e autodeterminação das nações oprimidas (revolução “nacional”, fortalecimento das fronteiras estatais etc.) é resolvida por meio da relação entre estratégica e tática elaborada por Lênin e Trotsky. Que tem por método a unidade frentista anti-imperialista que visa ajudar as massas a confiarem só em suas forças, em seus métodos e estratégia revolucionárias. O oposto é impor às massas uma política e objetivos dos imperialistas. ●



A privatização do Baixo Tapajós por decreto de Lula joga no lixo a máscara hipócrita de defensor dos direitos indígenas desse *agente político da grande burguesia*

Os povos originários que habitam às margens e reproduzem suas condições de vida do Baixo Tapajós estão ocupando a terminal portuário da multinacional Cargill e, recentemente, a rodovia Fernando Guilhon, principal via de acesso ao aeroporto de Santarém, Pará, exigindo do governo Lula a imediata revogação do Decreto Federal nº 12.600/2025, que autorizou o leilão para tarefas de dragagem no rio para escoamento de soja, visando a privatização do curso d'água e sua transformação em hidrovía para a transporte de produtos agroindustriais e minerais.

A privatização do Baixo Tapajós é parte do Plano Nacional de Desestatização, que inclui os Correios no caminho de seu desmantelamento e precarização trabalhista ("reestruturação") para facilitar sua entrega aos capitais privados. A medida autoritária de Lula leiloa mais de 3 mil quilômetros de vias hídricas navegáveis, incluindo os rios Tapajós, Madeira e Tocantins-Araguaia, exportação de commodities agroindustriais. A privatização abrirá uma via também ao escoamento de minérios ao facilitar um transporte aos garimpeiros.

A drenagem do rio para escoar soja e outros produtos minerais significa a alteração profunda das condições naturais do rio, afetando a pesca e fauna, além de abrir caminho para alagamentos e contaminar o curso d'água com combustíveis e lixo produzido pelo transporte fluvial em larga escala. À destruição do meio natural em que os povos originários e tradicionais desenvolvem a reprodução de suas condições de vida e cultura, somar-se-á aos assassinatos, os deslocamentos e a repressão contra quem se atreva a resistir ou lutar. A privatização do rio significará, ainda, o alargamento da produção agroindustrial e depredação capitalista da natureza uma vez que se garantirá uma via de transporte e escoamento da produção, alavancando a extensão a fronteira agrícola agroindustrial, aumentando exponencialmente a barbárie capitalista sobre a região por meio da des-

truição do meio ambiente.

O PL da Devastação que mudou as regras e normativas ambientais e facilitou a entrega de recurso e a desflorestamento em proveito de agroindustriais, latifundiários, garimpeiros etc., junto aos leilões para exploração de petróleo na bacia do Foz do Amazonas, já tinham indicado que o governo Lula iria passar por cima dos direitos das comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas em seu objetivo de favorecer alianças com setores da burguesia nacional e internacional, para facilitar sua reeleição neste ano, ainda que isso signifique trair e enganar essas comunidades tradicionais e povos originários.

Sob a palavra de ordem "*Rio Tapajós não se vende, se defende*", mais de 14 etnias (Munduruku, Tupinambás, Arapiuns, entre outros) se uniram na ação coletiva da ocupação visando impedir a privatização impulsionada pelo governo de frente ampla burguesa. A resistência escancarou as mentiras e traições orquestradas por Lula e seu ministro Boulos que prometeram que nada seria feito sem consultar os povos, mas encerrada a COP-30 foi apresentado o decreto sem consulta prévia como exige a Constituição, e desconhecendo a promessa feita por Boulos em uma assembleia unitária das comunidades tradicionais e dos povos originários que há séculos moram e vivem do rio.

A revolta das comunidades e povos originários é uma revolta contra os capitalistas, fundamentalmente contra o imperialismo que controla o financiamento, produção e comercialização de produtos agrícolas exportáveis, como soja, e especialmente contra seu agente político de turno: o governo burguês de Lula. O caudilho petista que se arvorou de defensor da soberania nacional e dos povos originários, respeitosa da Constituição, a está jogando no lixo e passando a boiada por cima dos direitos dos povos originários, entregue as riquezas por fatias ao grande capital monopolista. Nesse sentido, a organização e ação direta coletivas das comunidades e povos originários é um salto

à frente e prepara sua ruptura com o governo burguês de frente ampla entreguista e pró-imperialista.

O enfrentamento entre as necessidades dos povos originários e tradicionais com o governo Lula só escalam. Após a ocupação do porto, Lula elevou o grau de segurança do local para Nível II, permitindo atuação repressiva do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar em conjunto com a Polícia Federal. Os povos originários, por sua vez, expulsaram de seus territórios funcionários do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai. Assim, estava traçada a via de um confronto ainda maior. A decisão dos indígenas em resistir e sua denúncia que o governou praticamente os traiu, obrigou o governo a suspender o decreto e formar um Grupo de Trabalho (GT) para garantir o direito dos povos originários a se pronunciarem, como exige a Convenção 169 da OIT. Assinado pelos ministros Guilherme Boulos, Silvio Costa Filho e Sônia Guajajara, a "suspensão" é uma medida demagógica para evitar mais danos à imagem eleitoral de Lula. Suspensão não é revogação, o que permite ao governo recompor sua imagem eleitoral, ludibriar os povos tradicionais e, mais à frente, continuar a privatização. O de aprovar o Decreto O governo não renuncia ao entreguismo e à defesa do agronegócio, apenas recua conjuntamente para depois impor a privatização após desviar o movimento. Os povos não devem se deixar enganar!

O capitalismo é um regime de produção baseado na exploração irracional e predatória do meio natural à vida humana. O regime político e a democracia burguesa acompanham a decomposição do regime de produção negando o direito constitucional dos povos tradicionais sobre suas terras. Os governos burgueses sempre servirão aos interesses das classes dominantes que lucram destruindo a natureza e promovem o extermínio e genocídio dos povos e etnias que entravam seu expansionismo. E o governo de frente ampla burguesa de Lula não é a exceção. Apenas mente e enga-



na melhor porque reveste sua política pró-burguesa e pró-imperialista de uma retórica ambientalista farsesca, além de recorrer a figuras indígenas e dos movimentos sociais, como Sônia Guajajara e Guilherme Boulos (ambos do PSOL) para mascarar seus ataques com discursos “progressistas”.

Neste ano eleitoral, em que Boulos e Lula retornarão a fazer campanha posando de defensores das comunidades ribeirinhas tradicionais e dos

povos originários, a única resposta às traições que esses dois agentes da burguesia merecem é o repúdio e aprofundar a luta de classes até impor as reivindicações com a força coletiva. O problema da terra é de vida ou morte para os povos originários e comunidades tradicionais, e será resolvido com a expropriação da grande propriedade privada da indústria e da terra, e a devolução de todos os territórios aos povos originários que

lhes foram roubados.

É destruindo o estado burguês e erguendo o estado operário fruto da revolução proletária que se garantirá sua autodeterminação e se preservará a natureza de sua destruição. Esse é o conteúdo do Voto Nulo que, neste ano, a vanguarda com consciência de classe junto dos povos originários devem erguer e defender, avançando à ruptura de suas ilusões democráticas com o traidor Lula! ●

NOTAS HISTÓRICAS

07/02/1756

Sepé Tiaraju, líder da revolta dos guaranis contra tropas luso-espanholas em defesa de suas terras, é assassinado

 No dia 7 de fevereiro de 1756, tombava em combate Sepé Tiaraju, guerreiro guarani que liderou a revolta do povo guarani contra tropas luso-brasileiras na chamada “Guerra Guaranítica” (1753-1756). Sepé nasceu nos aldeamentos jesuíticos dos Sete Povos das Missões. Os guaranis dedicavam-se na à criação de gado, chegando a possuir o maior rebanho de gado à época da América.

A “Guerra Guaranítica” (1753-1756), também conhecida como a “Guerra dos Sete Povos”, se orientou contra o Tratado de Madri (1750), assinado por Portugal e Espanha que definia uma linha de demarcação territorial entre as duas potências coloniais, dividindo os territórios de propriedade do povo guarani. Nele, exigia-se a retirada da população guarani de seus territórios e a entrega de seu rebanho de gado. Um acordo adicional ao Tratado – que se manteve em segredo – ressaltava que, se negando os guaranis a ceder suas terras e rebanho, seria travada uma guerra até sua aniquilação e expulsão.

Os guaranis rejeitaram entregar suas terras e gado que consideravam de sua propriedade. Pelo que foi declarada a guerra pelas monarquias coloniais. Os guaranis, sob liderança de Sepé, gritaram “Esta terra tem dono” como palavra de ordem para enfrentar a expulsão e roubo de suas terras. Uniram-se ao movimento outros povos ameaçados de perder suas terras, como Charruas, Guenoas e Minuanos.

Na primeira fase da “guerra”, derrotaram às tropas portuguesas e espanholas que lutavam separadamente. Em dezembro de 1775, as tropas luso-espanholas passaram a combater unificadamente. Em fevereiro de 1756, Sepé foi capturado (onde hoje é o município de São Gabriel) e queimado vivo, sendo cortada sua cabeça como “prova de morte”. Os guaranis e aliados continuariam a guerra sob liderança de Nicolau Nanguirú. Mas, no dia 10 de fevereiro de 1756, 3 mil soldados espanhóis e portugueses massacram mais de 1,5 mil guaranis, entrando em São Miguel exigindo a rendição dos Sete Povos. A guerra encerraria após a batalha de São Miguel em que os remanescentes das forças guaranis foram esmagados. Em 1777 (Tratado de Santo Ildefonso) e em 1801 (Tratado de Badajoz) as terras seriam divididas entre a Espanha e Portugal, selando a derrota dos povos originários.

A Lei de Terras (1850), abriu caminho de forma definitiva à privatização de toda a terra em favor das oligarquias, da burguesia latifundiária e agroindustrial, além da média burguesia agrícola. A expropriação e roubo de terras e dizimação pela via militar dos povos originários está na base da formação do estado burguês e do país semicolonial sob controle imperialista. A produção baseada na propriedade privada da terra e na produção de produtos agrícolas para exportação, portanto, para o enriquecimento da classe dominante colonizadora, estiveram e ainda estão na base do genocídio, extermínio e roubo das terras que ainda hoje continua sobre os territórios que ainda possuem.

Os guaranis e todos os povos originários devem reivindicar a luta travada pelo povo guaranis e seus aliados contra seus opressores e genocidas. Devem ainda reivindicar a guerra revolucionária e de libertação contra seus inimigos como única via para sua completa autodeterminação. Para isso, devem romper definitivamente com a ideologia, a cultura e religião de seus verdugos e escravizadores, bem como com suas ilusões democráticas com os métodos do estado que nada mais é que uma ditadura de seus inimigos contra todos os explorados e oprimidos.

A solução revolucionária ao problema da terra e sua posse pelos povos originários passa pela expropriação da grande propriedade privada da terra e a destruição do estado burguês. Portanto, a luta pela recuperação de todas suas terras e pela sua autodeterminação se ligam à luta do proletariado pelo fim de toda opressão de classe e nacional. Esse programa deve guiar a luta dos revolucionários na defesa incondicional dos povos originários contra os latifundiários, agroindustriais, garimpeiros e todos os governos burgueses, incluído o de Lula, que são agentes políticos dos grandes proprietários privados.

É com a Revolução Agrária que se garantirão as condições para a devolução e entrega de todas terras que foram roubadas aos povos originários e se conquistará sua autodeterminação, se lhes garantindo seu direito de separação – se assim desejarem. Assim é que se dará um passo decisivo na libertação dos povos originários de mais de cinco séculos de roubo, opressão nacional e genocídio. ●



11/02/1980

KHOMEINI ASSUMIU O PODER NO IRÃ¹

Em 11 de fevereiro de 1979, o aiatolá Ruhollah Khomeini assume como líder da Revolução Islâmica, após o xá Reza Pahlevi ser derrubado do poder, e permaneceria no poder até sua morte, em 1989.

Khomeini era um importante clérigo xiita exilado na França, após o regime do xá Reza Pahlevi iniciar uma ofensiva repressiva contra clérigos que serviam de veículo religioso à revolta popular contra sua ditadura pró-imperialista. Mergulhadas na pobreza, proibidas de realizar manifestações e combatendo contra a “ocidentalização” forçada instituída pelo xá, o xiismo compareceu como um veículo do qual se valeram as massas para se organizar em luta contra a dominação estrangeira, sobretudo, por seu forte enraizamento há séculos na cultura e na vida civil persa. Do movimento revolucionário participaram também o Partido Comunista do Irã, *Tudah* (Mas-

sas), já estalinizado, apesar de contar com inserção entre intelectuais, sindicatos e setores da juventude foi incapaz de dirigir as massas sob uma política revolucionária. À repressão que sofreu sob a monarquia do Xá somar-se-ia a violenta oposição do clero xiita contra o marxismo que se apresentava como mais uma manifestação da “ocidentalização” e inimigo dos ensinamentos religiosos. Tampouco existia no país o partido marxista-leninista-trotskista, com inserção de massas, que fosse capaz de expressar a revolta das massas sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias. Sobre tudo, de dirigir o poderoso movimento operário iraniano que desde o golpe de estado da CIA em 1943, protagonizou inúmeras greves e combates contra a entrega do petróleo e exigiam o fim do controle dos EUA sobre os assuntos internos do país.

Para fins da década de 1970, estavam plenamente

desenvolvidas as condições de uma luta anti-imperialista unificada da maioria nacional contra a monarquia e o imperialismo. Clérigos, estudantes, operários, intelectuais, comerciantes, minorias étnicas e organizações marxistas e jihadistas constituíram as bases de uma frente única para a destruição do regime imposto pelos EUA. A crise petrolífera da década de 1970 e suas consequências econômicas deram novo impulso às lutas operárias no Irã (greves no setor petrolífero, têxtil, metalúrgico, alimentos etc.), as que viriam se combinaram ao avanço das milícias islâmicas contra o regime, e, sobretudo, ao crescimento da influência dos clérigos xiitas entre a população. Surgiram protestos e greves, mobilizações eram organizadas, milícias jihadistas combatiam o exército e os estudantes iranianos gritavam “*O Xá é um fantoche dos EUA, abaixo o Xá!*”.

A ausência de uma direção revolucionária mun-

dial e o enorme peso da religião na vida cotidiana e na histórica do país convergiram para colocar na liderança do levante operário e popular ao aiatolá Ruhollah Khomeini, que destacava por seus chamamentos a derrubar a monarquia e expulsar o imperialismo. 90.000 mesquitas reproduziam seus chamamentos por todo o Irã, o que junto a profunda relação histórica do xiismo com as massas iranianas, faria dos clérigos a direção ideológica da revolução.

Após a “revolução”, como acontece com toda religião, o xiismo se transforma no instrumento da burguesia associada ao clero e à burocracia estatal (especialmente, sua fração militar), para parasitar os lucros da indústria do petróleo nacionalizada, ou seja, da mais-valia operária. Essas frações constituem hoje a principal base do regime nacionalista teocrático. Mas, também o regime conta com uma grande e mas- ↑

→ siva base social e popular, mostrando que apesar do aumento da repressão e da centralização autoritária teocrática, as massas ainda associam seu governo à revolução pela que deram seu sangue.

A revolução que libertará definitivamente o país da opressão nacional e da exploração de classe será a revolução proletária, que levará o proletariado ao poder aliado aos camponeses, e colocará a religião como assunto da vida privada dos indivíduos, separando-a completamente

do estado. Entretanto, no momento atual, seria um crime prestar qualquer apoio objetivo às medidas de desestabilização orquestradas pelo imperialismo e o sionismo. Isso nada tem a ver com se subordinar ao governo ou apagar a luta contra o regime nacionalista-burguês sob a estratégia da revolução social. Trata-se, como diria Lênin, de aplicar uma tática clara e definida de defender a nação oprimida ao lado, conjuntamente, do governo teocrático até lhe impor sua derrota. A tática realmente

leninista parte do princípio irrenunciável dos marxistas-leninistas-trotskistas de estar sempre ao lado da nação e combater junto do governo que escolheram e apoiam as massas contra o imperialismo. Mas, o farão defendendo e chamando a constituir uma Frente Única Anti-imperialista baseada no armamento geral das massas e das milícias operárias para defender à nação. É criando as condições da organização independente do proletariado e demais oprimidos, e lhes garantindo capacidade de

executar ações militares contra o imperialismo e seus agentes internos sob controle de suas organizações que poderá avançar a estratégia revolucionária e ganhar projeção no seio das massas em luta e dos sindicatos operários. Após a derrota do imperialismo e de sua expulsão do Oriente Médio, as massas ajustarão as contas com o regime. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base da nota publicada no O Internacionalista nº 24, fevereiro de 2024, e adequando seu conteúdo ao momento histórico marcado pela ofensiva dos EUA contra o Irã

25/02/1948

O Partido Comunista toma o poder na Tchecoslováquia¹



Em 25/02/1948, o Partido Comunista assume o governo da Tchecoslováquia, após a URSS derrotar a Alemanha nazista, e para garantir o domínio dos territórios ocupados, a burocracia soviética impulsionou a expropriação e nacionalização de terras, bancos, minas e indústrias, realizada por métodos burocráticos e, como aconteceu na Tchecoslováquia, usando os PC como seus instrumentos.

Nascia um novo estado operário criado por métodos burocráticos, portanto, já degenerado e sob controle de uma burocracia nacional que agia como satélite da burocracia soviética russa. As tendências progressivas das novas relações de produção, constituídas sobre a base da propriedade nacionalizada, foram sufocadas pelo controle da burocracia e, assim, a Tchecoslováquia seria integrada no “bloco socialista” e na divisão social do trabalho imposta pela burocracia russa ao “bloco socialista”.

A Revolta de Praga, em 1962, esmagada militarmente pela burocracia rus-

sa, indicou uma tendência de rebelião contra a ditadura burocrática, que não progrediu pela ausência de um partido revolucionário capaz de orientar a revolta das massas sob o programa da revolução política. Assim, as tendências de desagregação das ditaduras burocráticas no leste europeu foram dirigidas pelas forças pró-imperialistas.

Com a dissolução da URSS, em 1991, a burocracia nacional tcheca se orientou a reconstituir o estado burguês, sob as pressões do imperialismo. Mas, não haveria espaço para Repúblicas burguesas independentes no processo da restauração capitalista. A reintegração da Tchecoslováquia à ordem capitalista se deu como semicolônia do imperialismo, como membro da União Europeia. E como aconteceu posteriormente com a Ucrânia, a Tchecoslováquia passou a ser um instrumento da burguesia imperialista mundial para retomar a ofensiva pela destruição do estado operário degenerado russo, por intermédio da OTAN. A restauração capitalista por meio da destruição da propriedade nacionalizada e derrubada da burocracia

russa do poder político, instaurando no poder uma burguesia servil.

No momento em que a ofensiva imperialista contra os estados operários degenerados da Rússia e China se projeta, abrindo uma via a uma guerra, é necessário e urgente que o proletariado tcheco e ucraniano, e de toda a Europa, retome os elos de suas tradições de luta revolucionária e se unifique por todo o continente pela derrota do imperialismo e da OTAN na Ucrânia, defenda as conquistas revolucionárias ainda em pé na Rússia e se encaminhe a reconstruir os Estados Operários, sob a bandeira estratégica dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Para isso, é urgente reconstruir a direção revolucionária mundial e romper com os revisionistas que se adaptaram ao democratismo liberal burguês, adotando uma tática e métodos revolucionários. Eis como se ajudará o proletariado russo a derrubar a burocracia, reconstituir seus organismos soviéticos e retomar o poder do Estado. ●

1. Redigido sobre a base da nota publicada no O Internacionalista nº 24, fevereiro de 2024.



SOCIALISMO OU BARBÁRIE, É A SÍNTESE DO PROGRAMA QUE DEVE GUIAR A LUTA DAS MASSAS NA ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA

Após as reuniões indiretas entre os EUA e Irã, estabeleceu-se uma pausa nas negociações que, longe de significar um afastamento do perigo da guerra, significa tão somente uma mudança nos tempos de sua execução. O imperialismo norte-americano opera com intervenções, imposições colonialistas, atos de guerra, extorsão e pressão máxima da guerra econômica para impor mudanças de governos (Síria, Líbia, Iraque, Irã etc.), abrir campos lucrativos à exploração e controle monopolista (investimentos imobiliários na Palestina ocupada, exploração petrolífera da Venezuela, controle militarizado do Canal do Panamá, exercícios militares e bases militares no Equador e Argentina, ameaças sobre Groelândia etc.), ou estabelecer seu controle sobre rotas de abastecimento logístico da China e da Rússia.

Por baixo das óbvias e urgentes medidas de fortalecimento da enfraquecida e decadente economia norte-americana - não por meio do fortalecimento de sua base industrial e técnica e da extensão da composição orgânica e técnica de seus capitais nacionais, mas por uma operação econômico-financeira de pilhagem e deslocamento de maiores fatias da mais-valia produzida mundialmente a seus cofres - acha-se o movimento das chamadas placas tectônicas mundiais que resultam do choque de morte entre as forças produtivas desenvolvidas sobre a base das revoluções proletárias (cuja base material mais decisiva é a propriedade estatizada e nacionalizada) contra as forças produtivas desenvolvidas sobre a base da propriedade privada monopolista dos meios de produção, hoje em franca decadência.

Temos desenvolvido essa tese leninista há 3 anos, desde a primeira publicação de nosso jornal. Temos folhetos e nosso programa em que se desenvolve essa tese em sua relação com a base histórica e econômica ainda existente como realidade objetiva. Retomamos aqui de passagem apenas para demonstrar que no quadro da decadência da principal potência econômica perante uma China que já está à frente da produção e dos

avanços técnicos, leva e empurra os EUA e aliados imperialistas em guerra contra os estados operários degenerados. Basta ver o “mapa” das guerras regionais e intervenções militares para que essa tendência se revele em toda sua força. Os EUA estão se preparando, junto dos aliados, para uma guerra em nível mundial que deve destruir seus inimigos, submetê-los ao controle imperialista e, assim, operar a derrubada das burocracias filo-estalinistas e proceder à total restauração capitalista.

As movimentações bélicas e intervenções já realizadas (ou em preparação) são prelúdios necessários dessa guerra em escala mundial. A derrubada de Al-Assad teve esse caráter e, agora, esse país serve aos EUA e Israel para avançar a seu expansionismo pela derrota do Irã. O “deslocamento” de militantes do ISIS presos na Síria para o Iraque é uma operação de guerra visando levar para um país fronteiriço do Irã uma “força tarefa” islâmica ao serviço dos EUA e de uma guerra interna para a derrubada do regime nacionalista-burguês de formas teocráticas e, desse modo, desmembrar o país. Assim como os acordos entre HTS e curdos na Síria devem servir contra a Rússia para expulsá-la do país e favorecer o cerco sobre o sul de suas fronteiras que está sendo erguido com Armênia e Azerbaijão. É também por isso que a guerra na Ucrânia continua seu curso. Por debaixo dos panos, os EUA continuam armando e ajudando com informação satelital ao governo nacionalista e fascista de Kiev. O objetivo segue sendo o enfraquecimento das bases de apoio e sustentação logística da China e Rússia para, chegada uma guerra, impedir esses estados operários de terem rotas de abastecimento que lhe permitam resistir.

A centralização autoritária e as tendências fascistas que se manifestam nos EUA por intermédio do fortalecimento do estado-policial (rasgando limites do direito) para a ação repressiva, são medidas complementares às movimentações externas da potência estadunidense. Um “Front” interno controlado e uma luta de classes nacional oprimida pela ação

ditatorial do estado é necessária para centralizar e mobilizar, sob vigilância policial, as forças e recursos nacionais para uma futura guerra. Trata-se também da necessidade de controlar e deprimir pela força a luta de classes interna que tem por base objetiva a aceleração da crise econômica e destruição das condições de vida dos assalariados.

Uma guerra entre esses inimigos antagônicos não é, evidentemente, inevitável. Se os EUA conseguem impor seu domínio colonial e ingerência sobre as nações oprimidas e seus vassalos por meio de uma brutal opressão social e nacional, a guerra poderá se afastar conjunturalmente, mas isso alavancará a revolta e a luta de classes em todos os países sob seu domínio. E apenas adiará a necessidade da destruição e subjugação da Rússia e China. Como se vê, o curso da situação política mundial realça a importância da compreensão pela vanguarda com consciência de classe de preparar as massas exploradas e oprimidas para fazer a guerra civil contra a burguesia e trabalhar pela sua derrota.

A democracia formal burguesa, a procura por afastar o perigo por meio de instituições e do direito internacional etc. são cortinas de fumaça que preparam novas traições contra a classe operária mundial. A greve em mais de 20 portos europeus contra o envio de suprimentos para Israel é a ponta do iceberg que demonstra que só a luta de classe freará a barbárie e carnificina que estão na base da sobrevivência do capitalismo. Estender, ampliar e unificar mundialmente a revolta instintiva dos explorados e os preparar para a derrubada da burguesia, é a única via para abrir um caminho progressivo à humanidade.

A reconstrução de partidos revolucionários internacionalistas e de sua direção mundial, a IV Internacional, comparecem como a tarefa mais importante e urgente do momento. A guerra civil contra a burguesia nos países capitalistas e a derrubada das burocracias pela revolução política nos estados operários degenerados são táticas diferenciadas que servem ao objetivo da revolução social. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@
proton.me

csm.roraima@gmail.com

03 de fevereiro de 2026 / nº 95



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

DEFENDER O IRÃ E O DIREITO DAS MASSAS IRANIANAS A DECIDIREM SOBRE SEUS DESTINOS SEM INTERFERÊNCIA EXTERNA

Apesar de noticiado um encontro entre altos representantes do governo iraniano e norte-americano para avaliar a possibilidade de uma trégua que afaste o perigo de uma confrontação regional imediata, as negociações constituem uma manobra de distração dos EUA para assegurar uma concentração decisiva de recursos bélicos para assestar um novo golpe militar contra o Irã. Esse objetivo não mudou apesar de falhar o prognóstico imperialista da continuidade dos protestos no Irã que os EUA usariam hipocritamente para sua ação militar, posando de defensor das massas mobilizadas. Era parte ainda dos cálculos um apoio incondicional dos países árabes no cerco e ataque à nação oprimida. Os governos e burguesias árabes rejeitaram deixar livre ação aos EUA a seus territórios para atacarem Irã, não por defender a nação iraniana, mas porque sabem isso revoltaria as massas árabes por toda a região.

Como seus cálculos falharam, os EUA “convocaram” uma rodada de negociações com o Irã na Turquia. Nelas, pretenderão impor concessões inaceitáveis para o Irã (reduzir o apoio às milícias que fazem parte da resistência contra a opressão sionista e imperialista total, reduzir seu arsenal de mísseis, aceitar um pacto nuclear que deixará o país sem qualquer estrutura civil capaz de romper o monopólio da criação e transporte de energia pelos monopólios imperialistas etc.). Caso o regime iraniano não se curve, os EUA provavelmente decidirão pela intervenção militar. Mas, a guerra regional que poderá

ser produto desta decisão poderia criar condições de uma insurreição geral das massas árabes.

É necessário deixar claro que a ação militar que se prepara contra o Irã nada tem a ver com defender a democracia ou com os EUA se importar com os objetivos legítimos dos protestos econômicos que surgiram como consequência da brutal crise econômica que atravessa a nação oprimida. Está claro que os protestos de 15 de dezembro de 2025 tiveram por base material objetiva a destruição das condições de vida das massas, produto da desvalorização do Rial (moeda nacional do Irã) que alavancou a espiral inflacionário dos produtos e bens de consumo, bem como destruiu o poder aquisitivo dos salários. Mas, se deve ser firme em denunciar e em demonstrar que essa advém do brutal e genocida bloqueio econômico que os EUA e aliados impuseram ao regime nacionalista-burguês há mais de quatro décadas.

É dentro do quadro das medidas de guerra econômica do imperialismo que implode a luta das massas pelas suas reivindicações. Só um cego político ou um subserviente do imperialismo não faria do bloqueio a causa principal e decisiva da penosa situação econômica das massas iranianas. Mas, os protestos não continuaram os mesmos. Mudou radicalmente seu conteúdo após a intervenção de milícias, organizações monarquistas e separatistas que entrevistaram descolados das reais motivações das massas, e de fora para dentro do movimento agiram deliberadamente para justificar a interven-

ção imperialista. Está aí a explicação de porque nunca se ergueu em meio aos protestos econômicos a bandeira de “abaixo o regime”, embora sim exigiam a imediata solução de seus problemas econômicos. A “derrubada do regime” surge após esses grupos reacionários e contrarrevolucionários agirem para desestabilizar a situação política interna e, desse modo, preparar a intervenção do imperialismo em nome da defesa dos “direitos humanos”. Só um cúmplice da retórica imperialista e da grande mídia burguesa imperialista (voluntário ou involuntário, pouco importa agora) poderia ainda afirmar que grande parte das mortes de mais de 3 mil iranianos (a maioria civis) nada tem a ver com as consequências da ação armada de milícias e agrupamentos (ao serviço do imperialismo) que atacaram deliberadamente civis, destruíram mesquitas e hospitais, enfim, instituições e serviços públicos que nunca foram alvo dos protestos econômicos; ou cinicamente chamar essas ações de desestabilização orquestrada pelos EUA de uma revolta “operária e popular”. Alguns setores das massas se fundiram nessas ações e serviram de instrumento aos objetivos imperialistas - sem desejá-lo. Isso se deve à ausência da direção revolucionária, fundamentalmente, o que permitiu aos EUA arrastar um setor das massas a defender ações contrárias aos seus interesses e aos da nação.

Os marxistas não apenas defendem como devem estar ao lado das massas que se revoltam contra a destruição de suas

continua | →



...

A defesa incondicional da nação oprimida não separa as massas de sua organização social, econômica e política que, no caso iraniano, são o produto da ruptura com o imperialismo acontecida na revolução nacional de profundo conteúdo anti-imperialista de 1978/1979.

→ condições de vida. Devem ainda estar ao lado das massas que aos milhões saíram a defender seu governo contra sua derrubada pelo imperialismo-sionismo. E isso não significa se submeter política e organizativamente ao governo nacionalista-burguês de formas teocráticas. Não! Embora sim, se trata de aplicar a tática leninista de combater ao lado das massas e, nesse sentido, do governo que elas defendem e que está sob ataque direto do imperialismo, pela derrota total do imperialismo.

Causa revolta todos aqueles pretensos marxistas e socialistas que aceitam as explicações imperialistas, chamam a derrubar um governo nacionalista sob ataque do imperialismo e que se arrastam por trás de sua estratégia das "revoluções coloridas" como as ensaiadas na Geórgia e, sobretudo, na Ucrânia em 2014, ou também na Líbia e da Síria, e que foram orquestradas pelo imperialismo para derrubar governos que entravam seu expansionismo e seu controle sobre riquezas e territórios, sem se importar com a forma ou com o regime político existente no país. Quando a

derrubada de um governo somente pode ser resultado na atual situação da ação contrarrevolucionária do imperialismo, servir a esse objetivo é um crime político contra as massas e a nação oprimida iranianas. Todavia, isso não significa dar às costas às necessidades das massas ou se negar a organizá-las de forma independente por trás de um programa comum de reivindicações para arrancar do governo teocrático-burguês suas reivindicações. Mas, obriga sim à vanguarda com consciência de classe a alertá-las para que não sejam utilizadas de base de manobra aos objetivos e interesses do imperialismo.

Lembremos que Lênin ensinou aos marxistas que sob determinadas condições histórico-concretas **é necessário taticamente combater ao lado de um governo burguês**. Quando da ofensiva do general czarista Kornilov, em agosto de 1917, chamou a combater junto do governo Kerenski sem o apoiar politicamente. Eis: *"Nós combateremos, nós combatemos contra Kornilov, tal como as tropas de Kerenski, mas nós não apoiamos Kerenski, antes desmascaramos a sua fraqueza"*. Tratava-se de mudar a **forma** da luta contra Kerenski, sem por isso *"renunciar à tarefa do derrubamento de Kerenski"*. O objetivo passava a ser o de defender as "reivindicações parciais lhe *"exigindo uma guerra ativa ... verdadeiramente revolucionária, contra Kornilov"*. Uma vez que *"Só o desenvolvimento desta guerra pode conduzir-nos ao poder"*. Lênin conclui assinalando: *"O momento agora é de ação, a guerra contra Kornilov deve ser feita revolucionariamente, arrastando as massas"*. Assim, diz Lênin, aproximámo-nos da tomada do poder, **"não de forma direta, mas lateral"** ("Ao Comitê Central do POSDR").

Nenhuma das correntes que se reivindicam do leninismo-trotskismo hoje (com exceção do PPRI, até onde sabemos) defende que essa tática seja aplicada no Irã. Entretanto, a defesa incondicional do direito das massas nacionais decidirem sobre todos assuntos internos que dizem respeito a sua nação - inclusive decidir sobre as formas econômicas, políticas, culturais ou religiosas para

seu país - decorrem dessa tática elaborada por Lênin. A defesa incondicional da nação oprimida não separa as massas de sua organização social, econômica e política que, no caso iraniano, são o produto da ruptura com o imperialismo acontecida na revolução nacional de profundo conteúdo anti-imperialista de 1978/1979.

Quando o imperialismo quer destruir a soberania nacional de uma semicolônia ou país oprimido, os revolucionários não duvidam em estar incondicionalmente pela sua defesa e, conjunturalmente, combater junto do governo que escolheram as massas oprimidas pela derrota do imperialismo. E isso exige não ceder nem um milímetro perante os espelanismos democratizantes e a hipocrisia dos direitos humanos do imperialismo. Apesar dos marxistas se colocar junto do governo nacionalista-burguês de uma nação oprimida conjunturalmente quando está sob ataque imperialista, nunca abandonam a orientação estratégica de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias; ou seja, da derrubada do governo burguês pela constituição de uma república soviética e de um estado operário. Apenas seguem essa orientação estratégica por uma via e com métodos diferentes na conjuntura, impondo-lhe com a força coletiva das massas a liberdade de organização a todos os partidos, correntes e agrupamentos internos que se coloquem pela defesa da nação oprimida - ainda que combatam politicamente ao governo burguês de formas teocráticas sob a estratégia proletária.

É combatendo junto das massas contra seu principal inimigo que os marxistas se ganham o direito não apenas a se constituir em sua vanguarda revolucionária, como as dirigir erguendo para isso a tática da Frente Única Anti-imperialista baseada no armamento geral das massas e sob controle de seus organismos próprios. Esses princípios, métodos e tática leninistas são o único guia certo e correto para os marxistas na atual situação política, sobretudo, após o ataque de 3 de janeiro contra a Venezuela. ●

 Bolívia

As massas derrotam conjuntamente os ataques às condições de vida do governo de Quiroga

É o momento de continuar a luta de classes até sua derrota definitiva, retomando o caminho traçado pela Assembleia Popular de 1971 para a revolução proletária!

 A direita e ultradireita retornaram ao poder do estado após o completo fracasso do nacionalismo-burguês em transformar o país respeitando a democracia burguesa e a grande e média propriedade privada e, ainda que com choques conjunturais com o imperialismo, as bases econômicas que permitiram esse subordinar o país a seus interesses mais gerais. É essa permanência das bases econômicas do capitalismo monopolista que permitiu fazer uma rápida virada – sem grandes convulsões sociais e políticas – de uma política assistencialista fracassada para uma política francamente entreguista.

O programa de um “capitalismo para todos” de Quiroga já deixou seu conteúdo de classe bem claro: liberaram-se os preços do dólar (aumentando os preços dos produtos e bens de consumo); ajustes na saúde e educação pública (preparando o terreno para as privatizações e parcerias público-privadas); apresentação de contrarreformas trabalhistas e das aposentadorias, incluído o funcionalismo público (a exemplo da contrarreforma Administrativa do governo de Lula); normalização e ampliação dos laços comerciais e diplomáticos com os EUA, dentre outras medidas reacionárias e pró-imperialistas.

A Central Operária da Bolívia (COB) tinha se mantido paralisada respeitosa da “democracia” formal burguesa. Mas bastou a retirada dos subsídios aos combustíveis levando à espiral inflacionária, para chamar a uma greve geral que paralisou o país e impôs ao governo uma derrota: foi forçado a retirar a medida, embora prometeu tomar medidas conexas para “liberalizar” o preço dos combustíveis. Visando aumentar as margens de lucro das empresas, anunciou investimentos estrangeiros

na produção de petróleo por bilhões de dólares, e a importação de petróleo e derivados a preços internacionais. Anunciou-se ainda a exploração e produção de minerais críticos à produção de bens tecnológicos e militares em proveito dos monopólios norte-americanos. E aprovou-se o reatamento das relações com a DEA, expulsa do país pelo primeiro governo de Morales, o que comprova, como aconteceu com a Venezuela, que Quiroga prepara condições para receber tropas dos EUA na Bolívia.

Atravessamos a virada rápida para uma época abertamente contrarrevolucionária da burguesia contra as massas e nações oprimidas. A mudança de governos reformistas e nacionalistas-burgueses por governos abertamente reacionários e entreguistas, seja por eleições (Argentina, Bolívia e Chile) ou por golpes eleitorais (Honduras), é uma política de estado dos EUA visando a remover governos e submeter nações que não se ajoelham completamente a seus ditames. Na Bolívia, como na Venezuela, se exige a expulsão da China e a entrega dos recursos aos monopólios imperialistas. Essas relações de subserviência são ditadas pelos EUA para fazer da América Latina seu quintal exclusivo de exploração.

É nesse quadro que o governo decretou a prisão do ex-presidente do MAS, Luiz Arce, sem qualquer reação ou denúncia da fração liderada por Morales contra a ação autoritária. Isto combina-se à centralização autoritária exigida pelos EUA sobre as massas e instituições para proceder a um saque brutal e violento das riquezas bolivianas. Isso ficou exposto com a aprovação por Decreto do exercício da presidência à distância em benefício de Quiroga mudando a institucionalidade burguesa e abrindo uma via à formação de um governo

de feições bonapartistas e ditatoriais. A disputa aparelhista pelo parasitismo dos recursos do estado entre ambas as frações masistas foi um campo fértil para sua derrubada eleitoral e, agora, favorece a reação da burguesia nacional e imperialista contra as massas. A direção burocratizada da COB não apenas preparou o terreno para essa ofensiva ao rejeitar lutar pelas reivindicações operárias contra o governo impostor do MAS, como seu respeito à democracia burguesa e instituições da ditadura capitalista serviu aos inimigos da nação oprimida para retornar ao governo.

As massas bolivianas são obrigadas a recorrer à luta de classes e recuperar suas organizações de massas para o programa da revolução e ditadura proletárias do POR dos tempos de G. Lora, antes de que seja revisado pela sua atual direção. O proletariado terá de se reerguer em direção política da nação oprimida e defender seu programa histórico redigido por Guillermo Lora, retomando as Teses de Pulacayo e a experiência soviética da Assembleia Popular de 1971. Imediatamente, se devem erguer as bandeiras de: *Abaixo o governo de Quiroga!, Estatização sem indenização de toda a indústria petrolífera e da mineira sob controle operário coletivo!, Autodeterminação das massas exploradas e oprimidas na base da reconstrução da Assembleia Popular!, Pela constituição da Frente Única Anti-imperialista baseada no armamento geral das massas!, Recuperação dos sindicatos e da COB para a luta de classes expulsando os dirigentes corrompidos e burocratizados!* Eis como esmagará o governo vende-pátria e se romperá com a falsificação do “Socialismo do Século XXI”, tomando o poder por meio da revolução proletária e constituindo o governo operário-camponês: a via ao verdadeiro socialismo. ●



Sudão do Sul se afunda ainda mais na crise econômica e na guerra civil

Este é mais um caso da impossibilidade da superação das contradições de um capitalismo já putrefato através de mecanismos burgueses.

 No dia 05 de fevereiro, as Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul (SSPDF) atacam um hospital controlado pela organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) no estado de Jonglei, foco de tensões entre o governo do presidente Salva Kiir e seu vice-presidente Riek Machar e o principal partido de oposição Movimento de Libertação do Povo do Sudão do Sul em Oposição (SPLA/IO). Este é apenas mais um episódio do conflito com raízes econômicas, políticas e étnicas que se arrasta desde 2013. Analisaremos brevemente o conflito abaixo.

//

...

(...) o capitalismo decadente afundou este país na miséria e na barbárie da exploração colonial, e hoje as organizações multilaterais burguesas, como a ONU e seus braços, são completamente incapazes de dar uma resposta de real de superação deste conflito (como também é o caso da Palestina).

Em 2011, o Sudão do Sul, após décadas de guerra civil, declara sua independência da República do Sudão e ingressa como membro pleno na ONU. Por trás dessa declaração achava-se o imperialismo, que trabalhava pela divisão do país visando criar um estado títere no Sul do Sudão, onde estão as maiores jazidas de petróleo do país. O “novo país” constitui um governo de “união nacional”, ligando os dois principais grupos políticos - e étnicos - nas figuras do presidente (de etnia Dinka, mais numeroso do país) e do vice-presidente (de etnia Nuer). Dois anos após sua independência, em decorrência dessas mesmas disputas políticas e étnicas, já presentes antes de 2011, o país mergulha numa violentíssima guerra civil. Mesmo com o acordo de paz assinado em 2018, não houve nenhum tipo de resolução de fato, onde ora as tensões arrefecem, ora as tensões recrudesçam. A retomada dos conflitos étnicos acompanhava a penetração das estatais chinesas na exploração de petróleo, em detrimento dos interesses estrangeiros que tinham apoiado a “independência”.

No entanto, a erupção da guerra civil na República do Sudão, ao norte, em abril de 2023, representa um im-

portante ponto de virada no conflito. Mais de um milhão de refugiados cruzaram a fronteira ao sul até o fim de 2025. Além disso, o Sudão do Sul ainda mantém uma interdependência econômica e logística da República do Sudão. Um claro exemplo desse fato é o ataque ao gasoduto Petrodar, principal canal de escoamento de petróleo sul-sudanês até Port Sudan no Mar Vermelho em fevereiro de 2024. Sua destruição comprometeu o transporte de 2/3 daquele que é o principal produto de exportação do país (mais de 90% das exportações), causando redução nas exportações entre 2019 e 2024 nas mesmas proporções.

É relevante também ressaltar a participação da China, visto que o setor petrolífero no país é dominado pela estatal Chinese National Petroleum Company (CNPC). Ainda que a burocracia estatal chinesa não possa, nem queira, contribuir para uma solução real do complexo conflito (de fato apoiou-se nessas divisões para avançar na exploração petrolífera), não é de seu interesse que o conflito escale, afinal isso coloca em risco suas atividades econômicas no país e dificultam a exportação de capitais para o país africano, além de favorecer aos EUA e inclusive França, que se utilizam do “caos” surgidos

dos conflitos étnicos para impor seus interesses e manter presença militar nos países africanos como um todo.

Traçado este panorama da complexa situação sul-sudanese, é imprescindível que daqui se tire algumas conclusões iniciais que são essenciais: o capitalismo decadente afundou este país na miséria e na barbárie da exploração colonial, e hoje as organizações multilaterais burguesas, como a ONU e seus braços, são completamente incapazes de dar uma resposta de real de superação deste conflito (como também é o caso da Palestina). Num país destruído também por conflitos étnicos, onde 80% da população vive abaixo da linha da pobreza, 50% padece de desnutrição e apenas 28% têm acesso a eletricidade, apenas o programa pela verdadeira autodeterminação nacional sob direção do partido revolucionário marxista-leninista-trotskista, unindo as reivindicações imediatas das massas, com a estratégia revolucionária, pode proporcionar a via para a real superação deste estado de calamidade vivido pelos sul-sudaneses. O imperialismo e governos burgueses sectários, mais ou menos alinhados com aquele, apenas trarão mais destruição. ●